

A CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO PDM DO PORTO: POSSIBILIDADES E LIMITES DE UMA CARTOGRAFIA DA MEMÓRIA E MUTABILIDADE DA CIDADE.

PARTE II – PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO

Sérgio Gomes

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural / CEAACP-UC
sergiogomes@cm-porto.pt

Isabel Osório

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
mariaosorio@cm-porto.pt

Laura Sousa

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural / CITCEM
laurasousa@cm-porto.pt

Carla Stockler

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
carlalima@cm-porto.pt

Manuela Ribeiro

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
manuelaribeiro@cm-porto.pt

António Almeida

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
antonioalmeida@cm-porto.pt

ABSTRACT

This article's second part concludes the presentation of the archaeological safeguarding areas included on the Municipal Master Plan of Porto. Aside from the multiple and dense vestiges known at the Historic Centre, the municipal territory holds a variety of remains referring to different inhabiting strategies over time. Recognizing the cultural significance of this diversity can help revitalize the memory of the city, understand its transformations, and explore its temporal depth as a resource for urban and social development.

Key-words: Archaeological Heritage Charter; Municipal Master Plan of Porto; Deep city; Scientific, heritage and urbanistic value of archaeological remains.

RESUMO

Esta segunda parte do artigo termina a apresentação das áreas de salvaguarda arqueológica inventariadas no PDM do Porto. A par da multiplicidade e densidade de vestígios conhecidos para o Centro Histórico, o território municipal apresenta uma profusa variedade de indícios que remetem para distintas estratégias de ocupação do espaço ao longo do tempo. O conhecimento de tal heterogeneidade contribui para revitalizar a memória da cidade, compreender as suas transformações e explorar a sua temporalidade como recurso de desenvolvimento urbano e social.

Palavras Chave: Carta de Património Arqueológico; Plano Diretor Municipal do Porto; Deep city; Valor científico, patrimonial e urbanístico dos vestígios arqueológicos.

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente texto dá continuidade à apresentação das áreas de salvaguarda arqueológica inventariadas na Carta de Património II – Património Arqueológico do Plano Diretor Municipal do Porto (PDMP) iniciada no número anterior desta revista (GOMES *et al.* 2023). A representação cartográfica das áreas de salvaguarda está disponível em https://geopdm.cm-porto.pt/po1f_cp2, pelo que sugerimos que a leitura seja acompanhada desta ferramenta. Do mesmo modo, recomendamos a consulta da cartografia e dos documentos referidos ao longo do texto, disponibilizados *online* pelo Município do Porto e cujos *links* indicamos em nota de rodapé.

Retomando o fio condutor, saímos para além do Centro Histórico, e áreas adjacentes, abordando diversos elementos que remetem para a ocupação do atual território municipal em diferentes períodos, entre os quais sobressaem antigos lugares e eixos viários, que, ao longo do tempo, foram (re)construindo a coesão territorial da cidade do Porto e a relação com outras regiões.

O equacionamento dos grupos de áreas de salvaguarda elencados manteve o “princípio de (in)coerência” anteriormente adotado (*ibid.*: p. 59), com o qual pretendemos alargar os horizontes dos múltiplos indícios e das evidências que as fundamentam. Este olhar permite continuar a chamar a atenção para a heterogeneidade, o valor científico, a relevância patrimonial e o potencial social, urbanístico e económico dos bens arqueológicos.

APA 84 - Companhia Aurifícia e AVA 85 - Cedofeita

No texto anterior, terminámos com a apresentação da AVA 50 - Cordoaria, Carregal e Moinho de Vento que abarca o segmento inicial da atual Rua de Cedofeita, cujo traçado se relaciona com a antiga estrada para Vila do Conde (ALMEIDA 1968: p. 167-168). Este grupo respeita ao troço final do arruamento, onde se localizam áreas de salvaguarda que nos fazem recuar aos primórdios da época Medieval e à “Época de Ouro” da industrialização da cidade. Na Igreja de Cedofeita (AVA 85), a inscrição do tímpano da porta principal, datada de 1767, refere a existência no local de um templo sagrado por Lucrecio, bispo de Braga, em 559, no tempo do Rei Teodomiro. A sua configuração atual decorre das obras de restauro levadas a cabo pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na década de 1930, durante as quais foi privilegiada a feição românica da arquitetura (ALMEIDA 1986). As intervenções arqueológicas realizadas na envolvente da igreja e em arruamentos próximos têm permitido a identificação de vestígios de diferentes cronologias, nomeadamente romanos e medievais. Sobre estes vestígios coloca-se a hipótese de estarem relacionados com um «núcleo de povoamento de ascendência romana, fosse uma *villa* ou aglomerado de outra grandeza», atendendo até às raízes tardo-antigas do templo (SILVA 2021: vol. 1, p. 563). A par destes elementos, ocorrem outros vestígios de época Moderna e Contemporânea (ARGUELLO MENÉNDEZ 2002, 2003; RIBEIRO e BARBOSA 2004; PIEDADE e LOUREIRO 2006; RAMOS 2008; ALMEIDA e SOARES 2012, 2015; PEREIRA e BAPTISTA 2018; GOMES *et al.* 2019), no âmbito dos quais se salientam contextos de

inumação documentando a longa tradição da criação de espaços sepulcrais em associação a locais de culto que, no século XIX, é formalizada no cemitério de Cedofeita (ARGÜELLO MENÉNDEZ *ibid.*; FERREIRA 2005; NASCIMENTO e SILVA 2005).

A 24 de julho de 1865, a Câmara Municipal do Porto concedia alvará de licença a Pedro Augusto da Costa, sócio-gerente da Sociedade Aurifícia, para fundação de uma fábrica de artefactos de ouro, prata e outros metais na Rua dos Bragas. A Companhia Aurifícia (APA 84), como depois ficaria designada, foi «uma das fábricas pioneiras de ourivesaria, fundição, laminagem e estampagem de metais existentes em Portugal» (SAMPAIO 1993: p. 115) e constitui um «exemplo de uma unidade construída de raiz [...], concentrando, no mesmo local, a fábrica, a oficina e a habitação do empresário» (*ibid.*). Um cartão comercial datável da década de 1890¹ elenca a variedade de produtos aí fabricados e apresenta uma gravura do edificado então existente, com a casa da Administração localizada no jardim, a carpintaria a vapor (com acesso de vagonetas sobre carris) e a construção lateral, com oito mansardas, que correspondia à secção de ourivesaria, conforme representado na Planta da Cidade de 1892. Este conjunto será, depois, ampliado para os terrenos da Companhia na Rua de Álvares Cabral² e alvo de vários melhoramentos. Em 1993, quando a fábrica ainda se encontrava em laboração, era considerada «um retrato bastante fidedigno das condições de produção existentes na indústria portuguesa nos finais do século XIX, revelando sobretudo o pioneirismo dos seus fundadores. Aspecto importante a realçar é o facto de as sucessivas administrações terem sabido salvaguardar até aos nossos dias grande parte do seu espólio, da sua maquinaria, e da própria arquitectura, constituindo, por isso, um notável exemplar de uma unidade produtiva do sector metalúrgico oitocentista» (SAMPAIO *ibid.*: p. 116)³.

APA 15 - S. Braz, APA 32 - Lugar da Póvoa, APA 36 - Burgães e Germalde, APA 48 - Monte dos Congregados, APA 56 - Quinta de Santo Ovídeo, APA 81 - Monte Cativo, APA 87 - Reduto da Glória, APA 88 - Monte da Lapa, APA 90 - Bateria da Ramada Alta e APA 96 - Germalde

O relevo do Porto apresenta-se como um diversificado mosaico no qual se individualizam distintos ressaltos topográficos destacados na paisagem. Este grupo de áreas de salvaguarda correspondem-se com um conjunto sucessivo de elevações situadas, grosso modo, entre a atual Praça da República e a Ramada Alta. As elevações permitem um amplo horizonte visual, designadamente para sul e poente, estabelecendo um contacto direto com a área do centro histórico, o vale do Douro, a sua foz e a orla marítima. Tais características topográficas, compondo um monumental espaço cénico, de natureza pedregosa, entrecortado por pequenas linhas de água e plataformas passíveis de serem apropriadas no âmbito de distintas atividades, resultam num conjunto de condições favoráveis à ocupação humana⁴. Nos dias de hoje, a profusa urbanização dificulta o reconhecimento do modo como tais ressaltos marcariam o relevo. A consulta de documentação da

1 Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/595967>.

2 Licença de obra n.º 104/1904, disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/73610/>.

3 Os ambientes fabris preservados, os exemplares de maquinaria de origem nacional, inglesa e alemã – muitos coevos da fundação da fábrica –, a qualidade do desenho arquitetónico do edifício (por exemplo, o pórtico de entrada dos operários, no interior do recinto, será, muito provavelmente, da autoria do Arquiteto Marques da Silva, e tantos outros elementos arquitetónicos e decorativos de excelsa qualidade que aqui se concentram (como o busto do 1.º administrador, Joaquim Rodrigo Pinto, naquele mesmo pórtico, do escultor Teixeira Lopes) provam-nos que estamos perante uma verdadeira “joia da coroa” da arqueologia e do património industrial da cidade do Porto (SAMPAIO 2000: p. 115-116).

4 A par das características do relevo, que remetem para a possibilidade da ocupação em diferentes ambientes crono-culturais, designadamente pré e proto-históricos, os topónimos Burgães, Germalde (APA 36) e Monte Cativo (APA 81) são referidos em documentação medieval (FREITAS 1999: p. 76, 240-242). Sendo também de salientar que as áreas de salvaguarda contemplam eixos de circulação antigos, nos quais se destacam as estradas velhas para Vila do Conde e Braga (ALMEIDA 1968: p. 167-168, 170-171).

primeira metade do século XIX⁵ permite verificar o modo como são representados individualmente, abrindo as possibilidades de compreender a importância do Monte das Regueiras, Monte de São Paulo, Ramada Alta, Monte Pedral, Monte da Lapa, Monte dos Congregados enquanto dispositivos naturais de diferentes espacialidades histórico-geográficas.

A existência de parcelas livres de edificação usadas como áreas de logradouro, ou de baldio, permite equacionar a possibilidade de preservação de eventuais contextos arqueológicos. Muitos destes terrenos são parte integrante de uma paisagem rural de profundas raízes históricas que, durante o século XVIII, foi reestruturada em torno de explorações agrícolas, como é o caso da Quinta de Santo Ovídeo (APA 56) e da Quinta das Águas Férreas (CARNEIRO 2016). No âmbito destas transformações, para além da instalação dos complexos arquitetónicos que compõem a casa nobre, é também de destacar o papel das diferentes construções vernaculares, designadamente a expansão das plataformas naturais através da criação de socacos. Neste processo de reconfiguração da paisagem, a gestão da terra, que pretende recriar áreas e condições de lavradio, foi acompanhada por uma gestão da água num plano mais vasto que visa o abastecimento da cidade (TEIXEIRA 2011). O Aqueduto de Salgueiros (localizado na APA 36), construído em finais do século XVIII, é uma estrutura que, inserida em tal plano de abastecimento, define um relevo artificial e participa na constituição de uma paisagem subterrânea que viria a crescer entre os finais da época Moderna e os inícios da época Contemporânea (*ibid.*).

No século XIX, a relação entre estes ressaltos topográficos e as vontades políticas adquire uma ampla expressão num quadro de tática e tecnologia militares. No contexto das invasões francesas foi reconhecido o seu papel estratégico na montagem do sistema defensivo (COELHO 2018). Mais tarde, durante o Cerco do Porto, tal visão estratégica é novamente explorada. Com efeito, nesta conjuntura política, durante a qual se assiste a uma ampla militarização da paisagem, estas elevações funcionaram como palco de construções, mais ou menos, elaboradas que, funcionando em articulação, definiam complexos militares a partir dos quais eram organizados planos de defesa e de ataque (COELHO 1994, 2018). É provável que estas estruturas (redutos, baterias, trincheiras, por exemplo) e outras marcas do conflito tenham subsistido ao desenvolvimento urbano dos séculos XIX e XX⁶. A este propósito, é de salientar que a intervenção arqueológica realizada no designado “Mirante da Lapa” (APA 88) permitiu reconhecer o conjunto arquitetónico como um palimpsesto no qual se reconhecem traços de um ponto fortificado e de uma torre de telégrafo do tipo *Chappe*, que reaproveita a estrutura de um anterior moinho (ERASUN 2017; COELHO 2020). Os trabalhos desenvolvidos permitiram a identificação de vestígios de mais duas estruturas de planta circular que podem, eventualmente, corresponder a outros moinhos (ERASUN *ibid.*: p. 6), que são memória da paisagem rural acima referida.

APA 11 - Lugar da Areosa, APA 22 - Lugar de Rebordões e Currais, APA 63 - Antas, APA 65 - Monte Aventino - S. Roque da Lameira, APA 68 - Lugar de Vila Cova, APA 77 - Antas - Salgueiros, APA 83 - Lugar de Contumil, APA 86 - Lugar de Lamas e APA 97 - Necrópole de S. Roque da Lameira

As áreas de salvaguarda deste conjunto localizam-se no planalto das Antas e em elevações ou plataformas que fazem a sua ligação aos vales dos rios Tinto e Leça. Do seu estudo toponímico

⁵ Veja-se, por exemplo: *Planta do Monte dos Congregados, por Costa Lima Júnior, com o traçado da continuação da Rua da Alegria, a norte da Rua da Firmeza, aprovada em Câmara em 1838-07-05* (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334220>); e *Plano topográfico que compreende [...] todos os terrenos que medeiam entre os sítios das Águas Férreas, Carvalhido, Lugar do Regado, Estrada de Braga, Sério, Rua da Rainha e Igreja de Nossa Senhora da Lapa [...], por Joaquim Costa Lima Júnior, aprovada em Câmara em 1839-08-10* (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334956>).

⁶ COELHO 1994: vol. 2, Baterias da Ramada Alta (ficha 10), da Glória e Flecha do Monte Pedral (ficha 12), de S. Braz (ficha 16), do Monte dos Congregados (ficha 22), da Póvoa de Baixo (ficha 24).

e cartográfico têm resultado várias propostas acerca da existência de uma eventual paisagem monumental de tradição megalítica, designadamente através do estudo das cartas de doação do couto de D. Teresa (1120) e D. Afonso Henriques (1138) (CORRÊA 1932; CLETO 1987; SILVA 1994). Até à data, não foram reconhecidos vestígios passíveis de serem articulados com tais construções, porém, trabalhos em curso aquando da redação deste texto começam a preencher este vazio de pesquisa. Na área da Asprela (APA 63), a intervenção permitiu identificar um sítio arqueológico que contempla dois contextos distintos: uma sequência de depósitos de formação natural que embalam um numeroso conjunto de artefactos em quartzo; e, no topo de tal sequência, um conjunto de estruturas em negativo, em que se regista a ocorrência pontual de fragmentos cerâmicos⁷. No sopé do Monte Aventino (APA 65), foi também identificado um conjunto de estruturas em negativo, sendo de destacar a ocorrência de fragmentos de elementos de moagem no interior de uma das estruturas⁸. Estes sítios e o conhecimento disponível para a Pré-história do vale do Leça (BETTENCOURT 2010) corroboram, assim, o potencial dos lotes que têm escapado ao recente e acelerado processo de urbanização.

A documentação medieval é também indicativa de uma rede de povoamento de pequenos lugares, como sugere a referência a Currais, Rebordões (APA 22) e Vila Cova (APA 68) na Carta de doação e couto ao Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto de D. Afonso Henriques. A constituição de tais lugares estaria em relação com a rede viária regional, designadamente com a estrada para Guimarães e outros caminhos de ligação à estrada para Valongo (ALMEIDA 1968: p. 171-174). Com uma implantação dominante sobre o vale de Campanhã, o lugar de *Gontumil* (APA 83) surge em vários documentos de época Medieval e Moderna, destacando-se a menção ao *pallatium* de Garcia Gonçalves (FREITAS 1999: p. 116)⁹. A par destas referências, a notícia da ocorrência de três sepulturas escavadas na rocha (APA 97) aquando da construção do bairro municipal de S. Roque da Lameira, na década de 1940, corrobora o potencial arqueológico desta área da cidade (SILVA 2020). O Lugar de Lamas (APA 86), em documentação mais recente¹⁰, insere-se num mosaico paisagístico constituído por campos e quintas. No contexto do Cerco do Porto, a importância estratégica destes lugares e vias de comunicação levaram à construção de vários dispositivos militares¹¹.

APA 6 - Igreja de Santa Maria de Campanhã, APA 16 - Barão de Nova Sintra, APA 20 - Lugar do Monte da Bela, APA 24 - Igreja do Senhor do Bonfim, APA 33 - Lugar do Pinheiro de Campanhã, APA 35 - Lugar de Godim, APA 43 - Casa e Quinta de Bonjóia, APA 44 - Marginal do Freixo e Central Elétrica, APA 58 - Lugar de Noeda e APA 70 - Presa Velha - Lugar da Formiga

Este grupo localiza-se na margem direita do tramo final do Rio Tinto, englobando elevações, escarpas e áreas de vale que se desenvolvem em patamares irregulares até ao Douro. A consulta da Planta da Cidade de 1892 permite-nos observar uma complexa distribuição de pequenos lugares de carácter rural, cujas raízes remontam a diferentes períodos e conjunturas históricas. Em finais do século XIX, estes lugares conformam uma unidade paisagística cuja ordem se prende tanto com a prática agrícola como com os desafios inerentes ao crescimento urbano (a industrialização, a rede

⁷ Após uma primeira fase realizada pela equipa da CIVITAS (LAMEGO e GOMES 2023a), uma segunda intervenção foi dirigida por Sara Luz (EMPATIA), consistindo na escavação (com meios manuais e mecânicos) de uma área de cerca 500 m² e acompanhamento arqueológico da empreitada. O estudo dos resultados da intervenção está em curso, não sendo ainda compreensível o grau de preservação da ocupação, nem a sua articulação com períodos cronológicos específicos.

⁸ LAC30.24 – direção de Sofia Soares (EMPATIA).

⁹ Garcia Gonçalves era proprietário do Mosteiro de Rio Tinto, como sugerem documentos relacionados com aquele cenóbio e com Cête, entre 1049 e 1091 (MATTOSO 2001: p. 186).

¹⁰ Cf. Arquivo Distrital do Porto, documentos relativos a Paranhos para os anos de 1588, 1592 e 1598.

¹¹ No inventário de Sérgio Veludo Coelho (1994: vol. 2) constam os seguintes: Reduto d'Arioza (ficha 62), Reduto dos Curraes (ficha 61), Redutos das Antas (fichas 28 a 39), Reduto de Contumil (ficha 65) e Forte de Lamas (sem ficha).

rodoviária e ferroviária, por exemplo). A importância da salvaguarda da memória desta heterogénea unidade paisagística é reconhecida no projeto de requalificação da Zona Oriental da cidade, alertando para a necessidade de «garantir que as marcas deste território e do seu património não se suprimem, mas antes são integradas e valorizadas na estratégia de desenvolvimento» (QUATERNAIRE PORTUGAL 2019: p. 129). Para compreender a multitemporalidade desta paisagem, é de referir o estudo realizado pelo arquiteto João Meira (2016) a propósito do lugar e da quinta de Vila Meã. Para explicar a emergência deste lugar, o autor problematiza a sua localização em face das fixações e mobilidades durante a Proto-história, a distribuição espacial dos aglomerados populacionais em Campanhã durante a época Medieval, e o seu posterior desenvolvimento até ao século XVIII. Deste exercício de geografia histórica resulta a constatação de que esta área, não apresentando uma densidade construtiva elevada (idêntica à do burgo medieval), oferece à sua vivência um conjunto múltiplo de estratégias de intercomunicação e intervisibilidade que, por sua vez, potenciam uma ocupação do espaço dispersa mas coesa, com distintos modos de demarcação material e simbólica.

O caso da APA 58 - Lugar de Noeda constitui um dos exemplos do modo como a memória das ocupações antigas do espaço persiste ao longo do tempo. O perímetro de salvaguarda corresponde-se com uma elevação de topo aplanado com uma ampla dominância visual, sobretudo para nascente, estabelecendo uma relação imediata com o vale de Campanhã e, num horizonte mais longínquo, com os relevos montanhosos em redor do Porto. O topónimo encontra-se em documentação medieval¹², referindo-se a um aglomerado populacional cujas raízes podem ser mais antigas (SILVA 2021: vol. 1, p. 527-528). Com efeito, atendendo às características fisiográficas do lugar e ao conhecimento disponível acerca do padrão de ocupação humana durante a Idade do Ferro, é de se ter em consideração a hipótese da realidade documentada para a Idade Média ser o resultado de uma tradição que remonta à Proto-história. Note-se que tal realidade pode ter sido mantida graças a uma contínua ocupação do território, sendo de referir que as referências ao «*ribulum campaniana*» e à «*villa campaniana*» em documentação medieval sugerem, por sua vez, a apropriação do vale de Campanhã em período romano. No âmbito das novas dinâmicas de administração do território, é possível perspetivar um diálogo de manutenção e transformação das formas arcaicas de exploração do vale e dos recursos naturais sendo de admitir a possibilidade da criação de eixos de circulação mais amplos relacionados, por exemplo, com a ligação à zona mineira de Gondomar (ALMEIDA 1968: p. 173-175; MEIRELES e RODRIGUES 1991; SILVA *ibid.*). A toponímia que a documentação conserva para esta zona de Campanhã revela uma paisagem profundamente humanizada a partir do século X, multiplicando-se as referências às *villae*, casais/herdades, campos e vinhas, árvores de fruto, azenhas e pesqueiras, entre outros, com ligação a uma rede de lugares cuja memória permanece até aos dias de hoje (APA 6). Topónimos como Freixo, Pinheiro (APA 33), Azevedo, Godim (APA 35) surgem nas cartas de compra e venda das épocas Medieval e Moderna. A Ponte de Campanhã sobre o rio com o mesmo nome (ou Rio Torto), a montante da Quinta do Freixo e citada em documento de 1447¹³, pode ser obra deste período, admitindo-se uma provável reutilização de anterior estrutura viária.

12 Num estudo sobre o sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (séculos IX a XII), M. Barroca (2014: p. 240) discute a importância estratégica de Noeda: «Referido pela primeira vez em 1072 (PMH, DC 500), o *Castro Luneta* é mencionado mais duas vezes: na carta de Couto dada por D. Teresa ao Bispo D. Hugo, em 1120 (DMP, DR 53) e na sua ampliação em 1138 (DMP, DR 165). A referência documental de 1072 reporta-se a uma *villa Quintana* e a um *casal de Domno Fralengo*, dizendo-se: «*et abent ipsas villas iacentia in rippa Durio ex parte Callega subtus Castro Luneta*» (PMH, DC 500). A *parte Callega* refere-se à margem Norte do Douro, por oposição ao *territorio Civitas Sancta Maria*, na margem Sul do rio, onde o mesmo documento regista a *villa Petroso* (Pedroso). Localizado na zona leste da cidade do Porto, em Campanhã, o *Castro Luneta* tem sido associado ao microtopónimo Noeda, que, para além de pertencer à toponímia urbana portuense, corresponde a uma pequena elevação, suficientemente destacada para oferecer condições defensivas. Não se conhecem, no entanto, vestígios arqueológicos».

13 ADP, Livros dos Originiais do Cartório do Cabido da Sé do Porto, Livro XXIV, fl. 27.

Em época Moderna, as dinâmicas de ocupação do espaço parecem estruturar-se ao longo da antiga estrada para Campanhã, ou para São Cosme, que apresenta um conjunto de segmentos de frentes urbanas, servindo também pequenos lugares – Bonfim (APA 24), Monte da Bela (APA 20), Formiga, Presa Velha e Presa da Agra (APA 70), por exemplo – e quintas – de Roriz, da China, de Rego Lameiro, do Freixo, da Revolta, de Bonjóia (APA 43). Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, esta área da cidade viria a ser alvo de profundas transformações, assistindo-se a uma progressiva instalação de unidades industriais (CORDEIRO 2006; SAMPAIO 2012)¹⁴. Do ponto de vista histórico-arqueológico, estes novos espaços apresentam-se como documentos materiais que testemunham esta importante fase de transformação local. É de salientar a importância do seu estudo para o conhecimento de diferentes aspetos do vasto e amplo processo de industrialização do território português e o modo como este novo ciclo produtivo implicou também novas rotas de abastecimento de matérias-primas e comercialização de produtos.

O equacionamento destas áreas de salvaguarda decorre também da possibilidade de ocorrência de vestígios relacionados com o Cerco do Porto, como é caso das baterias do Bonfim (APA 24) e da Quinta da China (APA 44). Sobre este último dispositivo, é de mencionar que trabalhos arqueológicos realizados em terrenos contíguos à casa da quinta permitiram a identificação de um segmento de fosso, uma concentração de estruturas em negativo e um talude artificial (COUTO, RODRIGUES e GOUVEIA 2021). A análise comparada destes vestígios e da documentação histórica permitiu reconhecer a sua associação espacial às baterias da Quinta da China de Cima e da Quinta da China de Baixo. Em visita ao local, Sérgio Veludo Coelho colocou a hipótese de a concentração de estruturas corresponder a fossos de retardamento, cujo papel seria crucial em caso de avanço das forças inimigas; o talude poderá corresponder a um eventual espaldão construído também com funções defensivas.

APA 25 - Lugar de Pêgo Negro, AVA 59 - Esteiro de Campanhã, APA 72 - Estação de Tirares e AVA 91 - Lugar do Ribeirinho

Estas áreas acompanham a margem esquerda (oriental) do Rio Tinto, em todo o seu percurso no território portuense, desde a fronteira com o concelho de Gondomar até desaguar no Douro, no Esteiro de Campanhã/Freixo. Salvaguardam-se vetustos lugares situados no vale fértil de Campanhã e documentados desde época Medieval, de cariz fortemente agrícola, aproveitando, com engenho, o rio. A definição da APA 25 prende-se com a referência ao lugar de Pêgo Negro na carta de Couto de D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Rio Tinto e sua abadessa D. Ermezinda Guterres, de 1141, correspondendo a um dos limites do território coutado (AZEVEDO 1939 *apud* PATRÍCIO 1991: p. 38). O topónimo¹⁵ ocorre também em documentação da época Moderna, constando entre as mais de três dezenas de aldeias (ou lugares) que compunham a freguesia nas *Memórias Paroquiais* de 1758, com 25 vizinhos (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 581). Em Tirares (APA 72), pequeno aglomerado rural implantado num meandro acentuado do rio, ainda hoje se observam restos de antigas estruturas moageiras, bem documentadas na Planta de 1892. Em 1422 regista-se já a referência a uma azenha de *Tiraz*¹⁶, aforada ao Cabido do Porto (FREITAS 1999: p. 331).

14 O inventário associado à Fotografia aérea da cidade de 1939/40 (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/>) é indicativo do número e diversidade de unidades industriais em funcionamento nesta área da cidade. No que diz respeito a intervenções arqueológicas, destaca-se o trabalho realizado na Central Termoeletrica do Freixo (PEREIRA e SAMPAIO 2010).

15 Segundo o *Elucidário* de Viterbo, ao topónimo *Pêgo*, derivado de *Pelagus*, é atribuído o significado de «Qualquer ribeiro, rio, riacho, lagôa, açude, lago, poço, tanque, e qualquer ajuntamento ou rêgo de água» (VITERBO 1865: 2, p. 142), podendo, por isso, estar associado ao processo de tratamento do linho. O cultivo de cereais, a par do linho, em épocas remotas, pode aqui ser sugerido pelo significado etimológico quer deste topónimo quer do vizinho lugar de Tirares, ao qual acrescem as referências documentais a antigos moinhos e azenhas.

16 Tal como o topónimo *Pêgo Negro*, o de *Tirares* poderá estar associado ao cultivo e à produção de linho, como nos explica Frei Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*: «*TIRAZ*. Certo panno de linho com alguns ramos, ou feitios, como as talagaxas. E talvez que se dissesse *Tiraz*, alludindo ao *Tirio*, ou *purpura*, em que os taes ramos se usavam» (VITERBO 1865: 2, p. 255).

Nas imediações, situa-se a Ponte de Tirares, incluída na APA 91, elemento arquitetónico de provável feitura Moderna citado nas *Memórias Paroquiais* de 1758 como *da Lagarteira*¹⁷, uma das três pontes de pedra então existentes na freguesia (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 584-585) e da qual se infere a tradição de passagem neste local.

A AVA 59 - Esteiro de Campanhã tem origem nas observações e recolhas efetuadas por Russell Cortez, em 1943, aquando da construção da Estrada Marginal, altura em que reconheceu diferentes áreas de dispersão de material lítico que atribuiu ao Paleolítico (Acheulense). Tais achados levaram-no a considerar o potencial arqueológico de uma extensa área entre a Quinta da China e o Esteiro de Campanhã, chamando também a atenção para a necessidade de avaliar a possibilidade de ocorrência de vestígios no vale do Rio Tinto (CORTEZ 1946). Intervenções arqueológicas recentes têm vindo a comprovar a existência de vestígios pré-históricos nesta zona, havendo já a assinalar a recolha isolada de artefactos na Central Termoelétrica do Freixo (PEREIRA e SAMPAIO 2010) e nas Moagens Harmonia (FONSECA e SAMPAIO 2012) e a identificação do sítio calcolítico do Lagarteiro no decurso das obras de construção do interceptor do Rio Tinto e de extensão do Parque Oriental da Cidade (LAMEGO e GOMES 2020)¹⁸. O sítio do Lagarteiro caracteriza-se por ser um habitat de carácter sazonal e não monumental, instalado na margem esquerda do rio, do qual se preservaram estruturas em negativo, que apontam para uma zona central com algumas cabanas e pequenos abrigos; o local estaria delimitado por paliçadas. Dos vestígios materiais encontrados no interior das estruturas em negativo destacam-se um percutor de sílex negro e fragmentos de cerâmica incisa metopada, também designada tipo Penha.

Aos vestígios das ocupações antigas há a acrescentar o relevante conjunto de edifícios industriais, oficinas ou armazéns devolutos que abundam em toda a freguesia de Campanhã¹⁹ (CORDEIRO 2006; SAMPAIO 2012, por exemplo), alguns dos quais têm vindo a ser alvo de trabalhos arqueológicos, como os acima citados. Considerando os diferentes *layers* temporais deste território, e o contributo decisivo da Arqueologia no seu reconhecimento e compreensão, é necessário assegurar condições para a realização de trabalhos que garantam a “leitura” das várias ocupações do território.

APA 2 - Vale da Granja, APA 7 - Capela e Monte de S. Pedro, APA 39 - Outeiro do Tine, APA 57 - Lugar da Granja, APA 60 - Quinta de Villar d’Allen, APA 100 - Horto das Areias

Encerrando o território mais oriental do Porto, que encosta ao concelho vizinho de Gondomar, este conjunto de áreas engloba lugares e paisagens de matriz essencialmente rural, desenvolvidos entre os vales dos rios Tinto e Torto (também denominado Ribeiro de Campanhã). Uma paisagem «*com excesso montosa e aspera, por se hir sempre despenhando thé suas ribeiras, com grandes fragas e penedias, ainda que nas partes mais baixas e pellas faldas dos mesmos montes e outeiros tem muita terra pingue e fertil, que regada com as muitas agoas correspondem bem com os frutos ao trabalho de seus agricultores*», como registou o pároco da freguesia em 1758 (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 580). Um quadro bucólico que perdurou até tempos hodiernos, ainda assim gravado na Planta da Cidade de 1892, observando-se pequenos núcleos populacionais – *Areias, Agoas Ferreas, Azevedo, Farmontes, Meiral, Granja, Fatum, S. Pedro* – e uma profusão de campos de cultivo, terrenos baldios e sinuosos caminhos ligando povoações e/ou servindo múltiplos trabalhos agrícolas. Tal

¹⁷ Este topónimo Lagarteira, na sua forma feminina, encontra-se documentado em 1590; em masculino, é mais recente, conservando-se na Rua do Lagarteiro (FREITAS 1999: p. 201), embora esta artéria surja inominada na Planta de 1892, ligando o lugar do Monte, na margem direita do rio, aos lugares do Ribeirinho (AVA 91) e do Outeiro do Tine (APA 39), na margem esquerda.

¹⁸ Esta obra não só proporcionou o reconhecimento de um sítio do 3.º milénio a. C. como motivou a inclusão da AVA 91 - Lugar do Ribeirinho na 2.ª revisão do PDM. Os trabalhos arqueológicos então executados nas margens do rio, ao longo do seu curso no território do Porto, incluíram 18 sondagens, levantamento/registo do edificado (moinhos e ponte) e acompanhamento da obra.

¹⁹ Tal como mencionado para a freguesia de Bonfim (cf. nota 14), o inventário associado à Fotografia aérea da cidade de 1939/40 (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/>) é também uma fonte de informação da industrialização desta área da cidade.

como expressam as designações atribuídas, tratam-se de APA – áreas de potencial –, onde, até à data, não foi ainda possível coligir dados arqueológicos suficientes que elucidem sobre as origens da ocupação humana do espaço, não obstante os recentes achados junto ao Rio Tinto (vd. AVA 91). Assim, a delimitação das APA 2 - Vale da Granja, 57 - Lugar da Granja e 100 - Horto das Areias introduzidas na presente revisão do PDM, visa proteger antigos núcleos rurais, documentados, pelo menos, desde o dealbar da época Moderna, e/ou espaços de exploração adjacentes, com condições favoráveis à ocupação humana e preservação dos seus vestígios.

Devido à sua implantação topográfica assinalam-se as APA 7 e 39: montes com boa visibilidade e em posição estratégica de controlo de território e linhas de água, com potencial para ocupação proto-histórica e/ou medieval. A APA 7 - Capela e Monte de S. Pedro insere-se no lugar de Azevedo, local de passagem do caminho da corte de Roma, a estrada Porto – Amarante, no seu rumo primitivo citado nos séculos XII e XIII (ALMEIDA 1968: p. 173-174), documentando-se o Casal de Azevedo em 1343 e, pelos finais do século XVI e princípios do seguinte, a Quinta de Azevedo (FREITAS 1999: p. 52). Em 1623, arrola-se a Ermida de S. Pedro, juntamente com a de S. Roque, na paróquia de Santa Maria de Campanhã (CUNHA 1623: p. 421), dizendo-se em 1758 que a mesma era local de concorrida romaria no dia do santo e que «dá o nome aquele lugar ou aldeia» (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 583). O edifício da atual Igreja Paroquial de S. Pedro de Azevedo terá sido reconstruído em 1887, conforme data inscrita na fachada (COSTA 1991: p. 250-251). A APA 39 - Outeiro do Tine corresponde a um pequena elevação na qual foi construído um reduto militar pelas tropas miguelistas durante o Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 74). Relacionada com o mesmo contexto histórico está a APA 60 - Quinta de Villar d'Allen, propriedade adquirida em maio de 1839 por João Allen à Santa Casa da Misericórdia do Porto, então designada Quinta da Arcaria, e onde veio a construir residência de Verão, notável ainda hoje também pelo património natural (COSTA 1991: p. 269-270). No seu perímetro, que se estende entre os concelhos do Porto e de Gondomar, terá sido montado um reduto militar das tropas miguelistas – o Reduto de Valbom (COELHO *ibid.*: ficha 73)²⁰. No local está igualmente documentada uma fábrica de atanados, fundada em 1785 por Manuel Simões, morador na Rua do Souto, que comprara a propriedade, desmembrada da Quinta do Casal de Baixo, nesse mesmo ano à família Nobre, aí residente, em pagamento de uma dívida antiga (MARTINS 1969: p. 679). À parcela destacada, denominada «Devezas da Arcaria e Sobre-Arcaria» (*ibid.*: p. 680), ficará associado o nome Simões, apelidando a nova quinta e fábrica da Arcaria, como figura em alguma cartografia coeva²¹. Em 2019, parte do conjunto edificado da Quinta de Villar d'Allen foi integrada na freguesia de Valbom (Gondomar)²²; recentemente, no seguimento de novas negociações municipais sobre os limites administrativos, o espaço da Quinta tornou ao concelho do Porto²³.

APA 1 - Arca d'Água, APA 12 - Bom Pastor, APA 21 - Carriçal, APA 30 - Lugar do Regado, APA 37 - Covelo, APA 46 - Tronco, APA 47 - Lugar de Paranhos, APA 62 - Lugar de Campo Lindo e APA 76 - Lugar do Couto

Este grupo de áreas de salvaguarda localiza-se na zona Centro-Norte do concelho, na freguesia de Paranhos, antigo couto da Mitra do Porto confirmado por D. Afonso IV em 1341 (MARÇAL 1955: p. 129), anexada à cidade em 1837 (SERÉN e PEREIRA 1994: p. 385), desenvolvendo-se ao longo da

²⁰ Refira-se que no interior da Quinta de Villar d'Allen – no «pequeno planalto conhecido pela “Bateria”» – registou-se «um marco divisório da freguesia de Campanhã, com a data de 1666» (MARTINS 1969: p. 688).

²¹ Por exemplo, *Carta Topographica das Linhas do Porto. In Coleção de Plantas e Perfiz das Fortificações referidas á Carta geral das Linhas dos Exercitos Libertador, e Rebelde no Sítio do Porto. Levantadas, e Publicadas, por Ordem de S. M. I. pelo Coronel Engenheiro Moreira [1834]*. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/371658/>.

²² *Carta Administrativa Oficial de Portugal*, versão de 2019 – CAOP2019.

²³ Conforme acordo entre as respetivas autarquias noticiado na comunicação social, em abril de 2024.

Estrada Velha de Braga, eixo viário medieval que arrancava na Porta do Olival e seguia pelo Campo dos Ferradores (atual Praça de Carlos Alberto), Moinho de Vento, Rua e Campo de Santo Ovídio (atuais Rua dos Mártires da Liberdade e Praça da República) e Rua da Rainha (hoje, de Antero de Quental). Crê-se que parte deste traçado poderá corresponder ao da *Via XVI*, via romana entre *Olisipo* (Lisboa) e *Bracara Augusta* (Braga), com passagem por *Cale* (SILVA 2021: vol. 1, p. 574). A partir do Vale Formoso, especulam-se dois traçados para o itinerário de época Romana: um infletindo a Nordeste para o Largo do Campo Lindo (outrora denominado do Encontro) em direção ao Largo da Pontinha (hoje, Largo da Igreja de Paranhos, vd. APA 47 e 62); outro, seguindo pelo traçado da atual Rua do Amial, coincidente com o trajeto da estrada medieval Porto – Braga²⁴, onde se registam topónimos sugestivos, como Tronco, Carriçal e Marco (este último já no concelho de Matosinhos, em S. Mamede de Infesta).

O primitivo núcleo do lugar de Paranhos (APA 47) está documentado desde o século XI como «*uilla in uilla paramio extra illa quimtana et illa ecclesia*», em 1088, e associado à sua Igreja de São Veríssimo em documento de 1123 (MOREIRA 1987/88: p. 27, n.º 342). O templo que vemos atualmente é uma construção da época Moderna (séculos XVII-XVIII), alterada por obras de reconstrução nos séculos XIX e XX. Na Planta de 1892, observa-se o espaço do antigo cemitério paroquial de Paranhos (em uso até cerca de 1873), antecessor do atual (concluído em 1874), entre a Casa Paroquial e Igreja. O Largo da Igreja de Paranhos corresponde ao antigo Largo da Pontinha, ainda assim denominado na Planta da Cidade de 1892, local de cruzamento de vetustas vias, como a via romana que ligava *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «a via romana passaria a poente, embora não longe, da igreja de Paranhos e seguindo, ia pelas traseiras da actual igreja de S. Mamede de Infesta. Aí, mas mais para leste, esteve um marco miliário [...] dedicado ao imperador Adriano. Daí a via descia à Ponte da Pedra» (ALMEIDA 1968: p. 26). As intervenções arqueológicas aqui realizadas a partir de 2019 permitiram não só apurar a localização do antigo cemitério²⁵ como reconhecer vestígios de uma ocupação mais remota de cronologia balizada entre a Romanização e a Alta Idade Média, entre os quais se destaca um troço de uma via – eventualmente da *Via XVI* ou de um possível caminho secundário de ligação à mesma (*Viae Vicinales*)²⁶. Recolheu-se, também, um utensílio em pedra polida (machado/enxó) de tipologia pré-histórica e uma ponta de lança (*pilum*) de época Romana. Recentemente, em maio do presente ano, chegou-nos a notícia da identificação de uma sepultura da mesma época, confirmando-se assim a presença de necrópole(s) a cerca de 150 m daquela via. Com orientação sensivelmente E-W, continha o típico mobiliário que acompanhava o defunto, depositado no lado leste da sepultura, a saber: um copo; um jarro trilobado; uma bilha; dois púcaros; três pratos; uma lucerna. Da mesma exumou-se, ainda, um conjunto de fragmentos de vidro e várias tachas. Estes trabalhos encontram-se em curso²⁷, estimando-se, de uma análise preliminar, uma datação dos séculos III-IV (PINTO e SOARES 2024). É, pois, com expectativa que aguardamos o estudo e a publicação destes resultados, cujos dados inéditos muito contribuirão para a história da cidade.

A APA 1 - Arca d'Água, introduzida na atual revisão do PDM, delimita a Praça de Nove de Abril,

24 Esta estrada atravessava o Rio Leça na sobejamente conhecida Ponte da Pedra, a qual, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «no seu estado actual, é medieval, mas tem fundamentos romanos. Na sua estrutura vêem-se ainda muitas pedras de aparelho romano, algumas almofadadas» (ALMEIDA 1968: p. 26-27).

25 Sondagens e acompanhamento arqueológico da obra de alteração e ampliação das capelas mortuárias, direção de Óscar Teixeira e Fátima Costa (Arqueologia) e Zélia Rodrigues (Antropologia), nos quais identificaram-se um conjunto de dez sepulturas e um ossário do antigo cemitério paroquial (RODRIGUES 2019: p. 13).

26 Segundo informação da arqueóloga diretora científica da intervenção, Edite Martins Sá. Foram executadas sondagens, escavação em área e acompanhamento no âmbito de uma obra de demolição e construção; direção de Edite Martins Sá (Arqueologia) e Marta Borges (Antropologia) da empresa EMPATIA. Sobre o traçado e outros aspetos da via romana entre *Bracara Augusta* e *Cale* vd. MANTAS 2000.

27 Até à data apenas se regista uma única sepultura, identificada numa das cinco sondagens de diagnóstico, pelo que parece evidente estarmos perante um dos limites do espaço de enterramento; posteriormente, após demolição do edificado existente, e caso se verifique a presença de níveis coetâneos da necrópole, será realizada escavação integral do lote a afetar pelo projeto. Direção de Sofia Soares e Ana Rita Pinto da empresa EMPATIA.

anterior Largo ou Campo da Arca d'Água. É hoje um dos mais frondosos jardins do Porto, projetado por Jerónimo Monteiro da Costa e inaugurado em 1928. O topónimo Arca d'Água advém do facto de aí haver «um copioso manancial [de água] de remota antiguidade» (MARÇAL 1955: p. 28)²⁸. O topónimo tem também sido identificado com as arcas mencionadas como marcos divisórios nas cartas de doação e de confirmação e ampliação do couto do burgo do Porto à Sé, a primeira de D. Teresa, em 1120, e a segunda de D. Afonso Henriques, em 1138 (FREITAS 1999: p. 254). Nestes diplomas surgem citadas, respetivamente, a «Arca Velha que está junto à fonte; e daí até outra Arca» e a «Arca da Samigosa» (SILVA 1994: p. 62). A este propósito, convém notar que na documentação medieval o topónimo Arca é, muitas vezes, alusivo a monumentos megalíticos (APA 63 e 77). Além deste potencial histórico-arqueológico, acresce ainda a localização junto à Estrada Velha de Braga.

As restantes áreas de salvaguarda deste grupo abrangem algumas das 15 aldeias/lugares mencionadas nas *Memórias Paroquiais* de 1758. A Colina do Bom Pastor (APA 12), ampliada no âmbito da última revisão e demarcada por tratar-se de uma colina bem destacada na paisagem, com potencial para ocupação de época Medieval, nomeadamente uma eventual atalaia ou ponto fortificado; hipótese reforçada pela proximidade às antigas vias já aqui referidas. A APA 21 - Carriçal demarca o troço remanescente do caminho do Carriçal, abrangendo parte dos lugares do Tronco (a Poente) e da Azenha (a Nascente), ambos inclusos no couto de Paranhos, pertença da Mitra e do Cabido do Porto. Este caminho vem assinalado na Planta da Cidade de 1892, ligando os lugares do Marco, na freguesia vizinha de S. Mamede de Infesta (Matosinhos), à Rua da Asprela, com passagem pela Casa da Quinta da Azenha – topónimo documentado já no século XV²⁹ –, hoje desaparecida devido à intensa urbanização do local. A Planta indica também a Rua do Carriçal, que ainda sobrevive na atual Rua da Azenha³⁰. O lugar do Regado (APA 30) encontra-se documentado desde o século XII como uma vasta propriedade rústica – a Quinta do Regado com seus casais, pertença de um cavaleiro da Ordem de Malta, que a doou em 1130 à Mitra e ao Cabido do Porto (MARÇAL 1955: p. 138)³¹. A Quinta do Covelo (APA 37) é mencionada cerca de 1720 como propriedade do capitão Pais de Andrade, fidalgo da Casa Real, denominando-se, então, do Lindo Vale ou da Bela Vista³². Abrange um pequeno morro com boa implantação topográfica e visibilidade em redor, possui potencial para ocupação de época antiga e foi palco de um reduto militar no Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 20). A APA 46 - Tronco delimita parte da antiga e vasta Quinta do Tronco, propriedade do Cabido da Sé do Porto (MARÇAL 1955: p. 106, 144-146)³³. Parte dos terrenos foi adquirida para instalação da Nova Empresa Industrial de Curtumes, que laborou até meados do século XX, e o espaço da

28 A boa fama da água de Paranhos é notada por diversos autores, sendo considerada até tempos recentes a melhor do Porto (MARÇAL 1955: p. 47-48; SERÉN e PEREIRA 1994: p. 490). No século XVI, existiam três fontes no local, motivo pelo qual o manancial era então conhecido por “Arca das três fontes”, como registou Sousa Reis (*apud* FONTES 1908: p. 21). Querendo aproveitar este recurso, o Senado da Câmara pediu a D. Sebastião autorização para canalizar a água até à cidade, o que apenas se veio a concretizar em 1597, já sob domínio filipino (MARÇAL 1955: p. 29). Segundo Pinho Leal, «O povo do Porto deu mil cruzados para a despeza do aqueducto» (LEAL 1876: p. 301). Nos finais da década de 1670, a vereação mandou edificar a “Fonte da Arca d'Água”; fonte e lavadouros contíguos mudaram para o lado Poente da estrada em 1825 (MARÇAL 1955: p. 33-34), como se observa na Planta da Cidade de 1892.

29 Em 1492 documenta-se o “Campo da Azenha”, emprazado pelo Cabido da Sé do Porto a Pedro Anes e sua mulher Maria Gonçalves (MARÇAL 1955: p. 108; FREITAS 1999: p. 52).

30 O topónimo Carriçal poderá ser vestígio toponímico da passagem de uma antiga via, hipótese potenciada pela proximidade aos itinerários já aqui mencionados e ao lugar do Marco. Atente-se que no lugar da Carriça, em S. Pedro de Avioso (Maia), onde passaria a estrada Romana citada no Itinerário de Antonino, encontraram-se restos de marcos miliários (ALMEIDA 1968: p. 27). Não é de excluir a possibilidade de o termo remeter para “mato de carriços”, i.e. de juncos ou canas bravas, como se explica em dicionário de 1789 (SILVA 1789: p. 353), considerando as várias linhas de água aqui existentes e o carácter rural deste território até tempos muito recentes.

31 O topónimo deriva desta Quinta secular, «que abrangia os terrenos alagadiços da Ribeira da Arca d'Água e, portanto, com o solo sempre regado» (MARÇAL 1955: p. 105).

32 Posteriormente, foi vendida a Manuel José do Covelo, homem de negócios natural de Amarante, que lhe terá dado o nome (MARÇAL 1955: p. 113, 155-156; FREITAS 1999: p. 120).

33 «Compunha-se de casas nobres, capela, pomares, jardins com seu lago, e mais dependências agrícolas e férteis casais rústicos» (FREITAS 1999: p. 253). Um vislumbre do aspeto da quinta é-nos dado na Planta de 1892.

casa e capela está hoje ocupado pelos edifícios da Paróquia do Amial, criada em outubro de 1964³⁴. Campo Lindo (APA 62), referenciado apenas em 1864³⁵, ocupa um antigo largo – outrora denominado do Encontro – onde confluíam vários caminhos, designadamente «Da Cidade para Paranhos», «Para a Arca d'Água», «Para a Aldeia do Couto», «Para Igreja [de Paranhos]» e «Para o Lugar da Travessa», conforme se representa num Plano de 1838³⁶. O antigo lugar do Couto (APA 76) é referido nas *Memórias Paroquiais* de 1758 entre os mais populosos, com 33 vizinhos. Posiciona-se entre os largos da Arca d'Água e do Campo Lindo (Encontro), ocupando um local central na freguesia³⁷. No seu conjunto, estas sete APA, sendo relativas a antigos lugares referidos em documentação de época Moderna, e apresentando também a relação com uma rede viária de raízes mais antigas, reservam o potencial de ocorrência de vestígios de outras cronologias como aconteceu na APA 47 - Lugar de Paranhos.

APA 8 - Sítio do Carvalhido, APA 19 - S. Salvador de Ramalde, APA 27 - Casa da Prelada, APA 64 - Quinta da Prelada, APA 98 - Requesende e APA 99 - Francos

Estas áreas de salvaguarda localizam-se na atual freguesia de Ramalde, distribuindo-se numa área aplanada, entre os 80 e os 90 m de altitude, na qual se desenvolvem várias linhas de água subsidiárias da Ribeira da Granja. Apesar de extensamente urbanizada, nesta área da cidade subsistem amplos terrenos de cultivo e baldio com boas condições de preservação de eventuais contextos arqueológicos. Sobre a sua antiga ocupação é de destacar a proximidade à antiga estrada para Vila do Conde (ALMEIDA 1968: p. 167-168) e um conjunto de topónimos que são referidos nas Inquirições de 1258 (D. Afonso III). Com efeito, no texto relativo à paróquia de São Salvador de *Ronhaldi* (também referida como *Ramhaldi*), encontram-se registados os lugares de *Ramhaldi de Jusano* (Ramalde de Baixo), *Ramhaldi de Susano* (Ramalde de Cima) e *Petra Lada* (Prelada) e as *villae* de *Francus* (Francos), *Saxius* (Seixo) e *Requisendi* (Requesende). A rede de povoamento rural sugerida pelo documento medieval desenvolveu-se durante a época Moderna, como testemunham a construção das casas e quintas de Ramalde e da Prelada (CARNEIRO 2016). Assim, com este grupo de áreas de salvaguarda espera-se contribuir para o resgate da memória desta paisagem de tradição rural³⁸.

APA 45 - Vilarinha, APA 52 - António Aroso, APA 78 - Lugar de Vila Nova - Aldoar e APA 89 - Igreja de S. Martinho de Aldoar

No limite Noroeste do concelho do Porto, entre a Estrada da Circunvalação, a Praça da Cidade do Salvador e a Rotunda Associação Empresarial de Portugal, estabeleceram-se quatro áreas de salvaguarda arqueológica. Muito próximo da frente marítima e junto ao concelho de Matosinhos, compreende parte do traçado da Rua da Vilarinha (APA 45) – via ancestral que ligava o lugar do Ouro a Bouças e outras localidades litorais – e de alguns lugares/aldeias da paróquia de Aldoar, como Vilarinha (APA 45) e Vila Nova (APA 78) bem como a respetiva igreja paroquial (APA 89) e

34 Em 2018, a área daquela unidade industrial foi alvo de trabalhos arqueológicos (direção de Mário Gonçalves, da empresa EMPATIA) no âmbito de uma obra de demolição e construção, o que permitiu registar os espaços da fábrica e algumas das antigas estruturas agrícolas da Quinta do Tronco (GONÇALVES e DELINDRO 2020).

35 Aquando da edificação da capela homónima (FREITAS 1999: p. 85).

36 *Plano do atual estado do largo chamado Campo Lindo, na freguesia de Paranhos*, disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334295/>.

37 Em 1763, documenta-se o casal do Couto, foreiro ao Cabido da Sé do Porto, na posse do Dr. Luís de Amorim, cavaleiro da Ordem de Cristo. Era composto de «casas sobradadas e telhadas para senhorio e caseiro, devesas, eiras, cortes de gado, etc., e muitos campos lavrados» (MARÇAL 1955: p. 150; FREITAS 1999: p. 93-94).

38 Acresce referir que o equacionamento da APA 8 - Sítio do Carvalhido teve em consideração a possibilidade de ocorrência de vestígios de um dispositivo militar no contexto do Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 14).

uma colina destacada na paisagem sobranceira àquela via, hipotética localização do *castro, monte* ou *mons Mafamudi* (APA 52). O traçado da atual Rua da Vilarinha corresponderá, grosso modo, ao da antiga via medieval citada nas Inquirições de 1220 como *Via Veteris*, adjetivo que indicia a sua ancianidade já naquele tempo. Tratar-se-ia de um caminho litoral, de provável origem pré-romana, que assegurava a travessia do Rio Douro junto à foz, entre a Afurada (Vila Nova de Gaia) e Lordelo do Ouro (Porto), e que em época Romana integrou uma rede secundária de estradas, complementar da via principal entre *Olisipo* e *Bracara Augusta* (ALMEIDA 2017) – a *Via XVI* mencionada no Itinerário de Antonino. De acordo com aquelas Inquirições, a via «*que vocatur via veteris et incipit in fluvio Dorii in loco qui dicitur Arrabea, deinde quomodo venit ad cautum qui stat inter Loordellum et Citofactam*» (apud ALMEIDA 1980: p. 152); todavia, o monte da Arrábida, com escharpa muito acentuada, seria de acesso difícil ao rio, como notou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968: p. 169, nota 14), que propôs como pontos de partida Massarelos ou Monchique. Descobertas arqueológicas na zona do Ouro e das Condominhas (APA 80 e 92), na freguesia de Lordelo do Ouro, apontam que o caminho poderia arrancar a poente da Arrábida, em local de atracagem no rio e de melhor acessibilidade, seguindo o trajeto Ouro – Aleixo – Condominhas – Serralves – Vilarinha (SILVA 2021: vol. 1, p. 575, 670, fig. 264).

Na Planta de 1892, a Rua da Vilarinha surge designada, no último troço antes de penetrar em Bouças, como *Estrada da Vilarinha*, o que reforça a sua importância na estrutura viária da cidade (ALMEIDA 1968: p. 46-47). O lugar homónimo, segundo a mesma representação, desenvolver-se-ia ao longo desta via, integrando a Setecentista Igreja de S. Martinho de Aldoar, logo após o *Logar do Padrão Novo*. Este último topónimo sugere a existência de um padrão/cruzeiro viário, indicador de léguas, elemento que se multiplicou a partir do século XVI³⁹; por outro lado, o recurso ao adjetivo *Novo* deixa em aberto a possibilidade de no local ter existido um marco anterior que foi substituído. Ambos os lugares – Vilarinha e Padrão Novo – vêm referidos nas *Memórias Paroquiais* de 1758 como aldeias da paróquia de Aldoar, juntamente com Vila Nova e Passos (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 579). A mancha de salvaguarda (APA 45) abarca a envolvente do Beco de Carreiras – outro topónimo significativo no estudo da viação antiga⁴⁰ –, e o seu vetusto casario, de cariz rural, em grande parte representado naquela Planta. Até ao momento não foram desenvolvidos trabalhos arqueológicos nesta APA.

A APA 52 - António Aroso integra uma colina sobranceira à antiga via que seguiria o traçado da atual Rua da Vilarinha, acima mencionada, e próxima do núcleo de povoamento primitivo de Aldoar, documentado com a Igreja de S. Martinho e S. Miguel Arcanjo desde o ano 944 (MOREIRA 1974: p. 176, n.º 13). De notar, como veremos à frente, que a igreja paroquial foi mudada no século XVIII para o local onde hoje se encontra, na rua e lugar da Vilarinha (vd. APA 89). Em três documentos do século X, balizados entre os anos 944 e 990, encontra-se menção à povoação de nome *alduari*, que se localizaria «*subtus castro Mafamudi*» [944], sob o «*monte Mahamudi*» [989] ou sob o «*mons Mahamut*» [990], sempre no «*territorio portucalense*» (BARROCA 2016: p. 35). A presumível localização deste *castro, monte* ou *mons Mafamudi* – uma das fortificações documentadas até ao ano Mil (ALMEIDA 1978: p. 38, n.º 96) cujo topónimo «radica num antropónimo de indiscutível origem muçulmana» (BARROCA 2016: p. 36) – não é consensual entre os investigadores: alguns creem localizar-se em Aldoar, na cidade do Porto, na margem norte do Douro; outros colocam-no em Mafamude, em Vila

39 Os cruzeiros leguários «são verdadeiramente uma criação da renascença católica, da contra-reforma», tendo sido inicialmente propostos por Francisco de Holanda ao monarca D. Sebastião (ALMEIDA 1968: p. 95). Refira-se como exemplar nas proximidades o Padrão da Léguas, datado de 1625 e implantado em local de passagem muito antigo (*ibid.*: p. 168).

40 Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, é a forma românica de *carraria*. Estes vocábulos podem designar caminhos carroçáveis (por onde passavam carros e que, por isso, deveriam ser em boa parte calcetados), caminhos paroquiais e ainda simples caminhos de serventia para propriedades ou campos (ALMEIDA 1968: p. 47-48 e 137).

Nova de Gaia (*ibid.*: p. 35). A favor da sua localização em Aldoar, no Porto, Mário Barroca elucida que os oragos mencionados no documento de 944 correspondem aos da atual paróquia portuense, parecendo, assim, ser seguro a associação com este templo: «*ecclesiam vocabulo Sancti Martini Episcopi et Sancti Michaeli Archangeli in villa que vocitant Alduarii fluvio Dorio territorio portugalensis subtus Castro Mafamudi*» (BARROCA 2016: p. 36). A pequena elevação hoje delimitada pelas ruas da Vilarinha, de Paço de Sousa e de António Aroso, bem destacada na paisagem e com boa visibilidade em redor, nomeadamente sobre a linha de costa, reúne condições favoráveis para ocupação humana da época Proto-histórica ou Medieval. Nas diversas prospeções efetuadas pelos técnicos do serviço municipal de Arqueologia não se detetaram quaisquer ocorrências à superfície⁴¹.

A APA 78⁴² integra um pequeno núcleo rural com reduzida incidência de operações urbanísticas e onde apenas se registava um trabalho arqueológico efetuado em 2017⁴³. Vila Nova é uma das quatro aldeias que compunham a paróquia de Aldoar no século XVIII, juntamente com Vilarinha, Padrão Novo e Passos (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 579), marginal da Ribeira de Aldoar e seus afluentes. Na Planta da Cidade de 1892 surge referenciado como *Logar de Villa Nova de Cima*, observando-se um núcleo populacional arruado, isto é, disposto ao longo de uma rua principal, estruturante da povoação e convergente com o caminho para o lugar da Vilarinha e, conseqüentemente, com ligação à vetusta via que percorreria, grosso modo, o traçado da atual Rua da Vilarinha. O topónimo Vila Nova é medieval, podendo estar associado à fundação de novas povoações, por iniciativa régia ou senhorial, no âmbito da reorganização do território ocorrida nos séculos XIII-XIV, ou à consolidação de antigas *villae* ou casais rurais de origem mais remota. Em finais de 2019, uma intervenção arqueológica realizada num terreno agrícola, denominado *Campo da Cortinha*, junto ao limite norte da Travessa da Costibela pôs a descoberto um sítio arqueológico excecional da Idade do Bronze (2.º milénio a. C.) até então desconhecido e bem preservado⁴⁴. Outros trabalhos arqueológicos entretanto efetuados na via pública⁴⁵ (Travessa da Costibela) e em lotes nas proximidades⁴⁶ têm vindo a confirmar a extensão do sítio, embora a sua delimitação esteja ainda por definir. Os achados caracterizam-se pela presença de diversas estruturas escavadas no solo, como buracos, valas e fossas, relacionadas com construções em materiais perecíveis. Associado a estas estruturas recolheu-se um significativo conjunto de artefactos líticos e cerâmicos, onde se destaca a presença de fragmentos de “vasos de largo bordo horizontal”⁴⁷. O espólio arqueológico integra, também, exemplares de cerâmicas datáveis entre a Romanização e a Alta Idade Média. Estaremos perto do primitivo núcleo de Aldoar e da sua primeira igreja paroquial documentada em 944? O facto do lugar de Vila Nova ter mantido uma apetência rural até tempos recentes propicia a preservação de vestígios arqueológicos, pelo que as expectativas são elevadas.

41 Da mesma forma, as intervenções realizadas na Igreja de S. Martinho de Aldoar (ALMEIDA e NEVES 2000, 2001) e respetiva APA 89 (GONÇALVES e MACIEL 2022; GOMES e LAMEGO 2023) não permitiram identificar qualquer elemento que contribuísse para esta questão.

42 Considerando que muitas das intervenções realizadas no âmbito desta APA estão em fase de execução ou estudo, opta-se pela sua identificação através do acrónimo, mencionando os respetivos responsáveis e entidade enquadrante, escusando-nos de referenciar os relatórios preliminares entretanto produzidos.

43 VNO717.17 - direção de Carlos Alberto Loureiro e Sofia Soares (EMPATIA).

44 CBL.19 - direção de Sofia Soares e Mário Gonçalves (EMPATIA).

45 VNO.20 - direção de Filipe Pinto e Mário Gonçalves (EMPATIA). VNC.20 - 1.ª fase (sondagens), direção de Filipe Pinto e Mário Gonçalves (EMPATIA); 2.ª fase (escavação em área e acompanhamento de obra), direção de Lúcia Baptista, Jorge Fonseca e Lurdes Oliveira (Arqueologia e Património).

46 VNO652.22 e VNO678.22 - direção de Mário Gonçalves e Edite Sá (EMPATIA); VNO731.22 - direção de Mário Gonçalves (EMPATIA); VNO.23 e CBL.23 - direção de Francisco Raimundo e Rui Pinheiro (ERA).

47 É de mencionar que uma análise preliminar da cerâmica decorada permitiu o reconhecimento de vários paralelos nas cerâmicas do povoado da Bouça do Frade (Baião) (JORGE 1988).

APA 4 - Palácio de Cristal, APA 26 - Quartéis, AVA 54 - Boa Nova, AVA 61 - Massarelos-Campo do Rou, APA 53 - Bicalho-Boa Viagem, APA 55 - Bom Sucesso e APA 93 - Pena-Vilar

A AVA 61 - Massarelos-Campo do Rou abrange o encaixado vale do Ribeiro de Vilar, delimitado a nascente pelo antigo Monte da Torre da Marca (APA 4), onde no século XIX se implantou o Palácio de Cristal, e a poente pelo Monte da Pena (APA 93). No âmbito do acompanhamento arqueológico do projeto de requalificação “Caminhos do Romântico”, em 2000/2001, foram identificados em alguns arruamentos da margem esquerda do ribeiro materiais de cronologia romana, com particular incidência na plataforma do Campo do Rou⁴⁸. Aqui foram reconhecidos estratos com espólio diversificado desta época, sem associação a quaisquer estruturas e sobrepostos por camadas com materiais medievais (SILVA 2001). Os trabalhos arqueológicos realizados em vários edifícios na envolvente têm confirmado estes resultados (SÁ e SOARES 2017; PEREIRA 2018; COSTA, OLIVEIRA e PEREIRA 2024), aguardando-se que os conhecimentos sobre a natureza e os limites da ocupação romana e medieval sejam ampliados em futuras intervenções. Podendo integrar o mesmo “núcleo de povoamento”, registaram-se a sudeste do Campo do Rou vestígios de um forno, talvez de cronologia tardo-antiga (SOARES e VILARINHO 2018; SILVA 2021: vol. 1, p. 561-562). Ainda nas proximidades e ao alcançar o Douro, o topónimo Cristelo⁴⁹ alude à possibilidade de ter existido um povoado proto-histórico nas imediações, eventualmente no morro do Palácio de Cristal, a nordeste, que, todavia, nunca foi identificado (SILVA *ibid.*: p. 589).

Em época Medieval, Massarelos pertencia à Colegiada de S. Martinho de Cedofeita. Os seus habitantes, cujos direitos de exploração do sal foram doados a esta Colegiada por D. Dinis (1280) e D. Afonso IV (1325), sempre encontraram a sua subsistência em atividades associadas ao Rio Douro e ao mar (ARAÚJO 2012: vol. 1, p. 3). Remonta igualmente à Idade Média a menção a moleiros (MELO 2009: vol. 2, p. 295), conhecendo-se referências a azenhas nos séculos XVI e XVII (FREITAS 1999: p. 275), assim como nas *Memórias Paroquiais* de 1758, que salientam a qualidade e a abundância das águas locais⁵⁰. Na segunda metade do século XVIII, a estrutura socioprofissional da população ter-se-á diversificado com o aparecimento de estabelecimentos industriais, designadamente da Fábrica de Louça de Massarelos, estabelecida no Cais das Pedras em 1763 (LACERDA, ALVES e OLIVEIRA 1998: p. 35-36). Esta foi a primeira unidade industrial cerâmica a ser alvo de trabalhos arqueológicos na cidade. Desde a primeira fase de sondagens, em 2001, até à conclusão do acompanhamento arqueológico, em 2005, documentaram-se diversas estruturas das instalações fabris e recolheu-se um volumoso espólio arqueológico representativo de diferentes períodos de produção⁵¹ (SILVA 2002a, 2002b, 2005, 2006; TEIXEIRA e FONSECA 2003; SOUSA 2013: vol. I, p. 32-33). Os ingredientes para o vidro que cobria as peças de faiança de Massarelos chegaram a ser moídos nos moinhos ou azenhas de Vilar (SOEIRO *et al.* 1995: p. 220), tendo acontecido o mesmo com a Fábrica de Louça de Miragaia, uma vez que os seus proprietários possuíam casas e azenhas na antiga Rua das Bicas, atual Rua dos Moinhos (FERNANDES 2008: p. 17-18). Numa destas propriedades, técnicos do então Gabinete de Arqueologia Urbana do município tiveram a oportunidade, em 2008, de recolher um conjunto de mós quando se iniciava uma obra, em zona que na altura não estava abrangida pelo PDM, embora atualmente integre a AVA 61.

48 Direção de Sandra Nogueira e Manuela Ribeiro (CMP – Gabinete de Arqueologia Urbana).

49 No foral do prelado da Igreja de S. Martinho de Cedofeita, Nuno Soeiro, datado de 1237, já existe uma menção ao porto de «Crastello» (<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=7795466>).

50 Caracterizado como «*hum dos arrabaldes da mesma cidade*», então pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, Massarelos usufruía de uma paisagem dominada por casais e quintas, onde a presença do elemento água, proveniente do ribeiro de Vilar, se materializava em moinhos, fontes, chafarizes, minas e caneiros (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 593-595), dos quais ainda hoje em dia subsistem testemunhos físicos e memórias na toponímia.

51 Sobre a tradição do fabrico de cerâmica no centro produtor Porto/Vila Nova de Gaia e a importância do estudo arqueológico dos seus vestígios vd. SOUSA 2013, 2016.

O potencial arqueológico do morro do Palácio de Cristal (APA 4) foi já equacionado a propósito da existência do topónimo Cristelo no sopé, a Sudoeste. No topo do promontório granítico, em sítio assinalado na cartografia antiga, D. João III mandou erguer, em 1536, a chamada Torre da Marca, uma construção que servia de orientação para as embarcações que cruzavam o Douro, tendo sido destruída durante o Cerco do Porto, por projéteis lançados contra a bateria instalada nas proximidades (MARQUES 2017: p. 18). A topografia do local viria a ser completamente transformada com a edificação do Palácio de Cristal, destinado a exposições agrícolas, industriais e artísticas e inaugurado em 1865, no meio de amplos jardins (*ibid.*: p. 22-27). A APA 93 - Pena-Vilar desenvolve-se incorporando dois eixos viários antigos, a Rua da Pena, a poente da parte alta da Rua de D. Pedro V, e a Rua de Vilar, no lado nascente. Ambas localizavam-se na encruzilhada de caminhos, permitindo a ligação entre o centro urbano e a zona da Arrábida e o litoral ou entre a baixa de Massarelos e as vias de saída da cidade. O lugar da Pena, situado no monte homónimo, sobranceiro ao vale do Ribeiro de Vilar, aparece documentado pelo menos desde o século XVII, achando-se referenciada na centúria seguinte a Quinta da Pena (FREITAS 1999: p. 277). O lugar de Vilar, que se estruturou ao longo da rua com o mesmo nome, junto ao já citado ribeiro e suas azenhas, e onde sobressaíam notáveis quintas, surge mencionado a partir do século XVI (*ibid.*: p. 341). A APA 26 - Quartéis abrange parte da atual Rua de D. Manuel II, antiga estrada que ligava o centro da cidade à Rua de Vilar, passando perto da Torre de Pedro Sem⁵², em torno da qual foi delimitada a AVA 54 - Boa Nova. No decurso das obras num imóvel da Rua de D. Manuel II, a cerca de 60 m a nascente da Capela do Senhor da Boa Nova, arqueólogos do serviço municipal de Arqueologia identificaram, em 2016, alguns materiais arqueológicos da Baixa Idade Média.

Na zona do Bicalho-Boa Viagem (APA 53), em terrenos também outrora integrados no Couto de Cedofeita, existia uma capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem, construída em data desconhecida por mareantes e transformada na segunda metade do século XVI em igreja paroquial de Massarelos. Foi erigida numa elevação sobranceira ao Rio Douro, no largo formado pela confluência das ruas do Gólgota e da Boa Viagem, localizando-se à esquerda do templo o pequeno cemitério da paróquia (MARÇAL 1969: p. 134-135). Em 1868, pelo facto de a igreja ameaçar ruína, foi transferido o “Santíssimo” para a Igreja do Corpo Santo de Massarelos, que passou desde então a servir de paroquial (*ibid.*: p. 136). Na segunda metade de Oitocentos, estabeleceram-se grandes espaços industriais na zona ribeirinha, como a Fundação do Bicalho, a primeira a recorrer ao vapor e que durante anos liderou o setor, e a Fundação de Massarelos, uma das que obteve melhor qualidade nos seus produtos (SERÉN e PEREIRA 1994: p. 439). No contexto do Cerco do Porto (COELHO 1994), há também a assinalar a referência à Bateria do Bicalho que, juntamente com outros dispositivos militares – Bateria da Torre da Marca (APA 4), Bateria de Lordelo (APA 93), Bateria do Bom Sucesso (APA 55), Bateria do Cemitério (APA 54) – conformariam uma paisagem de confronto bélico, cujos eventuais vestígios devem ser salvaguardados.

APA 5 - Quinta dos Frades - Ribeira da Granja, AVA 34 - Igreja de S. Martinho de Lordelo, APA 49 - Pasteleira; APA 51 - Mouteira - Ribeira da Granja, AVA 75 - Ouro - Santa Catarina, APA 80 - Granja - Condominhas, APA 92 - Santa Eulália e Estaleiro do Ouro e APA 94 - Arrábida

Este conjunto de áreas contempla o segmento final do vale da Ribeira da Granja e o destacado morro da Arrábida (APA 94). A designação desta elevação, de topo aplanado e com controlo visual para a foz do Douro, sugere «a possibilidade de estarmos perante um *ribât* da primeira fase da expansão muçulmana, a exemplo de vários outros *ribâts* que foram criados na orla do Mediterrâneo

⁵² Construção da primeira metade do século XIV atribuída a Pêro do Sem, cavaleiro da Casa da Rainha Santa Isabel e ouvidor e chanceler-mor de D. Afonso IV, que constituiu um exemplo de casa-torre ou *Domus Fortis* (VIELA 2005).

ocidental» (BARROCA 2016: p. 36)⁵³. Na zona do vale da Granja, a importância estratégica desta área da cidade é reforçada pelo traçado da *Via Veteris* à qual se encontram associados dois núcleos de povoamento de raízes romanas/proto-históricas: Santa Catarina/Ouro (APA 92 e AVA 75) e Serralves/Mouteira (AVA 34, APA 51 e APA 80) (NASCIMENTO, DELGADO e SOUSA 2004; SILVA *et al.* 2007; SILVA 2021: vol. 1, p. 529, 562-563)⁵⁴. Com a paulatina projeção do *Durius* na rede de comunicações do Império, ligando o *hinterland* à costa ou, barra fora, a diferentes pontos do Império através das rotas do Atlântico e do mundo mediterrânico, a rede de povoamento foi sendo consolidada (DIAS e ALARCÃO 2018). A imagem de uma vivência mais intensa da zona ribeirinha (BARROS 2004), usufruindo de pequenas enseadas e de boa exposição solar, pode ser extrapolada a partir de estudos desenvolvidos em outras regiões de similar enquadramento geográfico, mas carece de confirmação pelo registo: os contextos arqueológicos identificados até à data são limitados, sendo urgente desenvolver prospeções intensivas das margens que permitam reconhecer eventuais vestígios de antigos ancoradouros e outros indícios relacionados com a faina fluvial. A existência de salinas no estuário da Ribeira da Granja, recurso que terá estado na origem da doação da granja de Santa Eulália por D. Afonso Henriques, em 1144, aos monges de Tarouca (TORRE RODRÍGUEZ 2002: p. 145-146), é um dado relevante para a compreensão das antigas dinâmicas ribeirinhas, mas a sua localização permanece em dúvida. Outro elemento a considerar na apropriação da área ribeirinha, é o estaleiro do Ouro, o arsenal da Ribeira do Ouro, onde existiu o principal estaleiro de construção naval do Porto dos séculos XVI e XVII. Aproveitando o ancoradouro do Ouro e os eixos viários existentes, bem como as extensas áreas agrícolas da antiga cerca verde da cidade, onde se destaca a Quinta dos Frades⁵⁵, a freguesia de Lordelo do Ouro regista uma intensa procura de espaços para instalação de grandes indústrias, de que a Fábrica de Lanifícios de Lordelo⁵⁶, a Fundação do Ouro ou a Fábrica do Gaz são exemplo. Estes edifícios industriais, e outras oficinas de pequena dimensão, são elementos marcantes na paisagem local e importantes testemunhos da dinâmica industrial do Porto.

APA 18 - Frente Marítima e Avenida Brasil, AVA 23 - Monte Crasto e Ribeirinho, AVA 28 - Ervilha, APA 29 - Imedições do Convento dos Dominicanos, AVA 31 - Foz Velha, APA 38 - Fonte da Moura, APA 42 - Núcleo histórico de Nevogilde, APA 66 - Igreja Velha de Nevogilde, AVA 69 - Areias Altas, APA 73 - Lugar de Passos, AVA 79 - Castelo do Queijo - Carreiros e APA 82 - Monte da Luz

No final da década de oitenta do século XX, a descoberta do sítio da ermida medieval e da necrópole anexa (OSÓRIO 1993), frente à barra e ao mar, relançou a investigação sobre a localização do povoado coevo de S. João da Foz. Porém, a compreensão da génese do conjunto urbano conhecido por “Foz Velha” – assim designada por oposição à nova área de expansão da Foz Oitocentista –

53 Tal posição estratégica foi explorada no contexto do Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 48).

54 Sobre os períodos mais antigos de ocupação do vale da Granja, deve salientar-se que intervenções realizadas na AVA 75 e na APA 80 permitiram a identificação de uma sequência composta por dois contextos estratigráficos muito distintos: depósitos de aterro com uma componente artefactual dos séculos XIX/XX; e depósitos de formação natural nos quais é frequente a ocorrência de material de cronologia mais antiga: fragmentos de cerâmica manual, pesos de rede e outros elementos líticos (COUTO 2016, 2017; COUTO e RODRIGUES 2017; ERASUN 2023; LAMEGO e GOMES 2023b; TEIXEIRA e MILLAN 2023, por exemplo). Embora seja difícil compreender o contexto de ocorrência destes materiais, é de salientar que indiciam uma eventual ocupação pré-histórica do vale.

55 Nesta antiga unidade de exploração agrícola, também designada «Quinta de Cima ou de Cima da Ponte ou da Ponte foi fundada uma Brévia ou Hospício dos frades menores de São Francisco de Paula. A capela já vem referida nas Memórias Paroquiais de 1758 [...], no monte da Carreira» (FÉLIX 2011), tendo como orago S. Francisco Xavier. Os edifícios foram danificados pelo Cerco do Porto e já no século XX (1909-1917) foram introduzidas «alterações na casa para adaptá-la a residência familiar, dotando-a de um carácter mais nobre» (*ibid.*). Trabalhos arqueológicos realizados neste local permitiram registar alguns aspetos das vivências deste espaço em época Moderna (BAPTISTA 2010; RAIMUNDO 2018; CARVALHO *et al.* 2023).

56 Os trabalhos arqueológicos realizados nesta antiga fábrica permitiram o registo de diferentes espaços de trabalho/produção e a recuperação de vestígios relacionados com o Cerco do Porto (ARGÜELLO MENÉNDEZ, COELHO e PEIXOTO 2007; ARGÜELLO MENÉNDEZ e PEIXOTO 2010; PEIXOTO 2014).

continua a ser um desafio para os investigadores⁵⁷. As intervenções arqueológicas realizadas no núcleo histórico da Foz, acompanhando a dinâmica da reabilitação urbana da zona, ainda não permitiram definir o modelo de implantação da pequena comunidade que então existiria à data da doação da ermida e herdade anexa aos monges de Riba Paiva, por D. Afonso Henriques, em 1145. A generalidade dos achados da orla costeira exumados aponta para cronologias ocupacionais da época Moderna, registando-se alguns elementos de cronologia romana⁵⁸ sem vestígios de estruturas ou contextos coevos (SILVA 2021: vol. 1, p. 531). À semelhança do que se terá verificado em outros lugares que coexistiram no território do atual espaço urbano do Porto, o sítio medieval ter-se-á consolidado a partir de pequenos núcleos, como o Bural ou a Cantareira, e ao longo dos caminhos que prolongavam a Rua Direita⁵⁹ – extensão da Estrada Velha para o Porto – os quais, a partir da época Moderna, seriam progressivamente urbanizados.

Para lá do Ribeiro de S. Paio – encanado junto à Rua do Ribeirinho – natural limite norte do couto de S. João da Foz, a paisagem permanece em sombra. Sobre a *villa* de Nevogilde faltam os dados da investigação arqueológica que permitam uma caracterização do território na época Medieval. Até à data, a ermida de S. Miguel de Nevogilde, citada nas Inquirições de 1258 e padroado dos mosteiros de Santo Tirso e de S. João de Tarouca, permanece em local incerto. Sabemos apenas que foi transferida, do fundo da povoação, para o centro do lugar em inícios do século XVIII (BRANDÃO 1983). Com a redefinição do perímetro de proteção arqueológica da Igreja Velha de Nevogilde (APA 66), pretende-se alargar e acautelar a identificação e salvaguarda de eventuais vestígios do primitivo templo e da necrópole associada; as áreas contíguas – Areias Altas (AVA 69), Monte Crasto e Ribeirinho (AVA 23) – ainda que projetadas em função de problemáticas distintas, ampliam a área protegida à pequena ermida⁶⁰.

Em associação a períodos mais remotos, a estação da Idade do Bronze das Areias Altas (AVA 69) identificada por Russell Cortez (1952) tem vindo a ser intervencionada no âmbito de diferentes projetos de arqueologia preventiva, cujos resultados foram recentemente sistematizados por Sara Luz (2021a). De tal exercício resultou a imagem de um sítio de estruturas em negativo circunscrito ao remate de um pequeno esporão localizado entre as ruas do Marechal Saldanha e de Sá de Albergaria. Em trabalhos mais recentes, este tipo de estruturas têm vindo a ser identificadas noutros pontos desta AVA (TEIXEIRA e LEITE 2022; SOARES e PINTO 2023a, 2023b), na AVA 23 (SOARES 2021), nas APA 29 e 66 (PINTO 2022; GONÇALVES e PINTO 2023) e, fora de área de salvaguarda arqueológica, na Avenida do Marechal Gomes da Costa⁶¹. Perante a dispersão espacial deste tipo

57 No que diz respeito às origens, ainda incertas, da pequena ermida e do lugar de S. João da Foz, além dos vestígios identificados no castelo, a documentação atesta a existência de uma comunidade e um território que lhe está associado, o qual, a partir de inícios do século XII, passa a ter uma delimitação formal enquanto couto do importante Mosteiro de Santo Tirso.

58 Nos quais se destaca a ara romana reintegrada na ermida do Castelo da Foz.

59 Também designada Rua Central, e correspondente à atual Rua do Padre Luís Cabral.

60 A descoberta do local do antigo campo santo iria possibilitar uma nova leitura das relações do templo com o território envolvente, paroquiado, permitindo a revisão dos caminhos que a cartografia Oitocentista representa, nomeadamente a inevitável ligação ao lugar de Passos, por onde passava a estrada – atual Rua de Fez – que seguia rumo à Vilarinha.

Sobre a profusa rede de caminhos antigos, é de destacar uma intervenção em curso na Travessa da Igreja de Nevogilde (TIN338-I.24 - direção de Lurdes Oliveira, *Arqueologia e Património*), na qual foi possível identificar o segmento de uma via antiga, com um ramal secundário. A par da importância da identificação destas estruturas, é de salientar que os depósitos que a constituem englobam, entre outros materiais, líticos talhados de cronologia pré-histórica e fragmentos de telhas, remetendo, assim, para a longa diacronia de ocupação desta plataforma sobranceira ao mar e à Ribeira de Aldoar. Em Passos, um dos 20 casais que a Ordem do Hospital detinha em Aldoar, como prova um dos marcos divisórios existentes na Rua de Fez, existiu uma capela dedicada a S. Paio (ou Pelágio), mártir-menino do século X, construída à face do antigo caminho medieval. Demolido em inícios do século XX aquando do arranjo da Rua de Passos – depois Rua de Fez – e do prolongamento da Rua do Crasto, conhece-se a sua localização precisa, mas não a época de edificação. Em redor do local, as raras casas de lavoura existentes, algumas já adulteradas, estão sujeitas a um inevitável processo de transformação; os trabalhos realizados têm vindo a confirmar a ocupação em época Moderna (PRIETO 2021;2023).

61 As estruturas foram identificadas em 2023, no âmbito dos trabalhos de acompanhamento arqueológico das obras da Linha BRT Boavista-Império e Ligação à Praça Cidade do Salvador. A intervenção foi dirigida por Nuno Ferreira, João Marques, Rui Barbosa e Dário Antunes da empresa PALIMPSESTO.

de vestígios, e a sua eventual articulação com diferentes períodos, espera-se que o estudo dos resultados destas intervenções venha a permitir uma melhor compreensão da diacronia de ocupação nesta área da cidade.

No âmbito da Pré-história, é também de destacar um conjunto de intervenções onde ocorrem, em número reduzido, seixos talhados e pesos de rede em contextos de deposição pouco esclarecedores acerca da sua inserção cronológica (CAPELA e OLIVEIRA 2002; SOUSA 2005; GOMES 2006; SOARES e GONÇALVES 2019; GONÇALVES 2020; FONSECA 2021; FERREIRA e OLIVEIRA 2023). Em contraste com esta situação, o sítio da Praça de Gonçalves Zarco apresenta um numeroso conjunto artefactual disperso em depósitos de formação holocénica (GOMES e QUELHAS 2002). Nas intervenções realizadas na Avenida de Montevideu (ABRANCHES 2001; LUZ 2021b), os conjuntos apresentam uma tipologia e um contexto estratigráfico que permite a sua associação ao Paleolítico Médio e Inferior. Estes achados vêm dar um novo ímpeto a propostas que, desde meados do século XIX até meados do século XX, foram avançadas por vários autores alertando para a existência de áreas com condições de preservação destes vestígios de cronologias mais recuadas (MONTEIRO-RODRIGUES 2001).

Os diferentes elementos arqueológicos, documentais e toponímicos acima mencionados são relativos ao tempo longo da ocupação humana da área ocidental da cidade. A par desta dinâmica, há também vestígios que se relacionam com períodos históricos mais curtos, como é o caso da Cerco do Porto, sendo de referir os resultados de intervenções arqueológicas no Forte de Monte Crasto e no Forte da Ervilha. Destas estruturas militares, sumariamente representadas na Planta de 1892, foram reconhecidos diferentes elementos cuja escavação e estudo permitem caracterizar e compreender melhor as estratégias militares e o quotidiano destes dois anos da história do Porto. A intervenção realizada nos “Terrenos do Forte” (AVA 28) pôs a descoberto trincheiras, fossos e paliçadas do Forte da Ervilha e, em associação a tais estruturas, foi recolhido um significativo acervo artefactual relacionado com a utilização militar do dispositivo (ANDRADE e FONSECA 2016)⁶². As intervenções realizadas na Rua da Índia (AVA 23) permitiram identificar parte do baluarte e segmentos das linhas de fosso do Forte do Monte Crasto (OLIVEIRA 2011; COUTO e RODRIGUES 2018)⁶³.

AVA 13 - Estrada da Circunvalação

Na primeira parte do artigo, iniciámos a descrição das áreas de salvaguarda com o Douro (AVA 41), um eixo de circulação natural, terminando agora com a Estrada da Circunvalação que definiu, por um período breve⁶⁴, o perímetro seco da cidade, correspondendo a uma «linha de fiscalização e cobrança do denominado imposto do “real de água”» (MARÇAL 1971: p. 193). Este extenso dispositivo alfandegário apresentava duas vias de circulação cuja articulação se desenvolvia em dois perfis distintos: do esteiro de Campanhã à Areosa era composto por um muro de pedra, capeado, pontuado por alguns cubelos semicirculares, configurando uma muralha para o lado exterior⁶⁵; da Areosa até à costa, as vias eram separadas por um fosso (MARÇAL *ibid.*). Tal complexo construtivo, marcando a paisagem da área limítrofe da cidade, e gerindo a entrada no território, formalizou antigos caminhos de escala local e regional, tendo proporcionado novas dinâmicas de circulação e recriado

62 Nesta intervenção foi também recolhido um conjunto cerâmico cujas características técnicas permitem a sua associação à proto-história (ANDRADE e FONSECA *ibid.*: p. 41-42).

63 Salienta-se que uma intervenção atualmente em desenvolvimento na Rua do Molhe, 306-312/ Rua da Índia (MLH306.24 - direção de Óscar Teixeira) permitiu identificar a continuidade desta estrutura militar.

64 «A estrada da Circunvalação definiu o seu perímetro seco em 1895, mas em 1898 parte da freguesia de Paranhos que a ultrapassa a N, e grande parte da freguesia de Campanhã (que a E penetra, para além dela, nitidamente na zona de Gondomar) foram definitivamente integradas na área urbana portuense» (OLIVEIRA 1973: p. 17).

65 Estas construções acabariam por ser parcialmente afetadas no decurso da construção do IC29 – Via Rápida de Gondomar, tendo-se desenvolvido um programa de arqueologia preventiva (sondagens e acompanhamento arqueológico) que assegurou o registo das estruturas (MENDES 2005).

as condições de desenvolvimento urbano (FERREIRA e ROCHA 2013). A salvaguarda da área onde se desenvolve, para além de chamar a atenção para as construções e edifícios que configuravam a linha alfandegária, abre também a possibilidade de documentar eventuais vestígios das ocupações e organizações territoriais que a antecedem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo concluímos a apresentação da Carta de Património Arqueológico do PDM do Porto e a problematização dos limites e as possibilidades desta ferramenta de gestão. Ao longo dos dois textos, procurámos sistematizar o conhecimento disponível para cada área de salvaguarda inventariada e, simultaneamente, explicar a relevância científica, patrimonial e urbanística dos vestígios arqueológicos.

À data em que redigimos estas linhas continuam em curso trabalhos de arqueologia preventiva em várias frentes da cidade, que lançam novos dados à compreensão da dinâmica de transformação do território e colocam novos desafios à investigação e gestão do património cultural. Assim, a presente sistematização deve ser perspectivada enquanto um saber em construção.

Os resultados alcançados devem-se ao trabalho diário das diferentes equipas de arqueologia que têm desenvolvido as intervenções, concretizadas e decorrentes do trabalho, também diário, dos técnicos da administração central/regional (que tutela o património cultural) e local (designadamente dos serviços do urbanismo e património cultural) e, em primeira mão, fruto da iniciativa e investimento de proprietários/investidores e gabinetes de arquitetura e engenharia, que têm promovido as operações urbanísticas onde as intervenções arqueológicas se enquadram. À prestação de todos, e a um princípio de colaboração, se deve este saber em permanente construção. Enquanto bem-comum, parte do resultado deste trabalho conjunto encontra-se disponível para usufruto do público no Museu do Porto, em particular no Arqueossítio da Rua de D. Hugo, 5, na Casa do Infante, no Reservatório (da Pasteleira) e na antiga Casa da Câmara. Fica o convite para nos visitarem.

A Carta de Património Arqueológico é, pois, uma ferramenta essencial para o planeamento da cidade nos seus diversos domínios, potenciando esforços para a preservação da multiplicidade das memórias (materiais e imateriais) do território e das paisagens que nele subsistem. Nesta perspetiva, contribui para o desenvolvimento de um Porto que se quer «afirmar cada vez mais vibrante, inclusivo e resiliente» (DMU 2021: 35). Parecendo-nos ser indiscutível a importância da valorização da espessura temporal da cidade (FOUSEKI, GUTTORMSEN e SWENSEN 2020) na prossecução de tal projeto, e entendido o «passado como um recurso escasso» (APPADURAI 1981), resulta clara a necessidade de salvaguardarmos os seus testemunhos também como forma de cuidar e revitalizar a coesão da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Paula (2011), *Acompanhamento arqueológico das obras de requalificação da Av. Montevideu, Porto. Relatório Mensal-Agosto*, Porto, Achaéo'Estudos Investigação Arqueológica
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1980), Via Veteris. Antiga via romana? in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, vol. 3, pp. 151-170
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (2017), A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral, in *CAMINHO Português da Costa – Estudos, S/I*, CM do Porto, da Maia, de Matosinhos, de Vila do Conde, da Póvoa de Varzim, de Esposende, de Viana do Castelo, de Caminha, de Vila Nova de Cerveira e de Valença, pp. 7-25

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SOARES, João M. Matos (2012), *Sondagens Arqueológicas. Largo do Priorado, n.º 20. Relatório Final*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SOARES, João M. Matos (2015), *Acompanhamento Arqueológico. Largo do Priorado, n.º 20. Relatório Final*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968), *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978), *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História de Arte apresentado à Faculdade de Letras das Universidade do Porto
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), O Românico, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. 3
- ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João (2000), *Relatório preliminar. Intervenção arqueológica preventiva na Igreja de S. Martinho de Aldoar (Aldoar, Porto)*, Coimbra, Dryas Arqueologia, Lda.
- ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João (2001), *Relatório Preliminar. Intervenção arqueológica de emergência na Igreja de S. Martinho de Aldoar (Aldoar, Porto) - 2ª fase*, Coimbra, Dryas Arqueologia
- ALMEIDA, Pedro Brochado (2003), *Relatório preliminar das sondagens arqueológicas. Rua Casal de Pedro, n.º 3*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ALMEIDA, Pedro Brochado (2013), *Relatório final. Sondagens arqueológicas. Rua Casal de Pedro, n.º 5*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ANDRADE, Isabel; FONSECA, Jorge (2016), *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Terrenos do Forte – Rua de Fez e Rua Dr. Afonso Baldaia - Porto*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- APPADURAI, Arjun (1981), The Past as a Scarce Resource, *Man, New Series*, vol. 16, n.º 2, pp. 201-219
- ARAÚJO, Armando O. P. (2012), *A Fábrica de Louça de Massarelos. Contributos para a caracterização de uma unidade fabril pioneira*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta, 2 vol.
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge (2002), *Igreja de Cedofeita, Porto. Relatório preliminar das sondagens de avaliação arqueológica*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge (2003), *Informação preliminar dos resultados do Acompanhamento Arqueológico das obras de renovação de infra-estruturas de águas pluviais no exterior da Igreja românica de Cedofeita*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; COELHO, Sérgio A. Veludo; PEIXOTO, Sara (2007), *Estudo histórico da Fábrica de Lanifícios de Lordelo*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; COSME, Susana (2001), *Rua do Outeiro, 25. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; PEIXOTO, Sara (2010), *Relatório Final dos trabalhos arqueológicos na Fábrica de Lanifícios de Serralves*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- AZEVEDO, Padre Agostinho de (1939), *A Terra da Maia (Subsídios para a sua Monografia)*. Porto: Imprensa Moderna, vol. I, pp. 197-198
- BAPTISTA, Lúcia (2010), *Relatório Final. Intervenção Arqueológica em Quinta dos Frades*, Porto, Arqueologia e Património
- BARBOSA, João Paulo (2013), *Acompanhamento arqueológico. Rua Casal do Pedro, 3. Relatório Final*, Porto, Logjark
- BARROCA, Mário (2014), Prope Litore Maris. O sistema defensivo da Orla Litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII), in AMARAL, Carlos (coord.), *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*, Porto, CEHR, pp. 199-243

- BARROCA, Mário Jorge (2016), Muçulmanos e Cristãos no Douro Português (séc. VIII-XI), in *Atas das 4as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM – 2016: Vindos de longe. Estrangeiros no Douro*. [Lamego], Museu de Lamego – Direção Regional de Cultura do Norte, pp. 35-37
- BARROS, Amândio (2004), *Porto: A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- BETTENCOURT, Ana M.S. (2010), Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça, in VARELA, José; PIRES, Conceição (Coord.), *O Rio da Memória. Arqueologia no território do Leça*, Matosinhos, CM de Matosinhos, pp. 33-88
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1983), *São Miguel de Nevogilde (Porto): a sua igreja, breves apontamentos sobre a história da freguesia*, Porto, Igreja de S. Miguel de Nevogilde
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009), *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, s/n.
- CAPELA, Mafalda; OLIVEIRA, Maria de Lurdes (2002), *Relatório de Acompanhamento Arqueológico. Largo de Nevogilde N.º 107*, Porto
- CARNEIRO, Manuel Almeida (2016), “*Si bene aedificaveris, bene habitaveris*”. *Entre a casa agrícola e a quinta de recreio no espaço rural do Porto (séculos XVIII-XIX)*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta
- CARVALHO, José; NÓBREGA, Tapício; RAIMUNDO, Francisco; HIPÓLITO, João (2023), *Relatório de Progresso. Reabilitação, remodelação e ampliação de edifício localizado na Rua de Serralves, nº 394 (lote 1). Acompanhamento Arqueológico*, Porto, Omniknos Arqueologia
- CLETO, Joel (1987), As antas da cidade do Porto, *Jornal de Notícias*, 08-02-1987
- COELHO, Sérgio A. Veludo (1994), *As Fortificações do Cerco do Porto (1832-1833)*, tese de Licenciatura apresentada à Universidade Portucalense, 3 vol.
- COELHO, Sérgio A. Veludo (2020), *Telégrafo e fortim do Monte da Lapa – Parecer*, Documento apresentado no âmbito do processo de licenciamento de obras particulares
- COELHO, Sérgio A. Veludo 2018. *Sistemas Defensivos da Cidade do Porto. 1809-1833*, texto apresentado no Colóquio Património e Arqueologia em Proença-a-Nova em Agosto de 2018
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2006), *A indústria portuense no século XIX*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2 vol.
- CORREIA, António A. Mendes (1932), *As Origens da cidade do Pôrto*, Vila Nova de Gaia, Edições Pátria
- CORTEZ, F. Russell (1952), Contributos para o estudo do Neolítico de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 13(3-4), 193-248, Porto, SPAE
- CORTEZ, F. Russell (1946), Pré-História Portuense. A estação paleolítica do Esteiro, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 9 (1/2), Porto, pp. 50-56
- COSTA, Júlio (1991), Parte III – Património Natural e Edificado, in MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira (coord.), *Campanhã. Estudos Monográficos*, Porto, Junta de Freguesia de Campanhã-CMP, pp. 229-288
- COSTA, Leandro; OLIVEIRA, Lurdes; PEREIRA, Graça (2024), *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Campo do Rou 27. Porto 2023*. Matosinhos, Arqueologia e Património
- COUTO, Marcos; RODRIGUES, José Miguel (2018), *Nota Técnica N° 2 - Remodelação e ampliação da “villa castro”, Rua da Índia, 182/186 e 202 - Porto*, Porto, Império Arqueologia
- COUTO, Marcos; RODRIGUES, José; GOUVEIA, Filipe (2021), *Nota Técnica. Lote 1 - Loteamento Casas da Calçada, Avenida Paiva Couceiro – Quinta da China – Porto*, Porto, Império Arqueologia

- COUTO, Marcos; RODRIGUES, Miguel (2017), *Nota Preliminar. Projecto de recuperação e ampliação de uma moradia unifamiliar sito na Rua Luís Cruz nº 143/145, freguesia Lordelo do Ouro, concelho do Porto*, Porto, Império Arqueologia
- COUTO, Rui (2016), *Rua do Senhor da Boa Morte, 13 (Lordelo do Ouro, Porto). Nota técnica/relatório preliminar*, Moreira da Maia, AFA
- COUTO, Rui (2017), *Rua do Senhor da Boa Morte 215A / Largo de Santa Catarina 1 (Lordelo do Ouro, Porto). Nota técnica/relatório preliminar*, Moreira da Maia, AFA
- CUNHA, D. Rodrigo da (1623), *Catalogo, e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, João Rodriguez Impresor de Sua Senhoria
- DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (Coord. de) (2018), *Construir, navegar (re)usar o Douro da Antiguidade*, Porto, CITCEM
- DMU [Direção Municipal de Urbanismo | Departamento Municipal de Planeamento Urbano | Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território] 2021, *Plano Diretor Municipal. Relatório*. Maio 2021, Porto, CMP – DMU
- ERASUN, Ricardo (2017), *Monte da Lapa, Porto. Nota Técnica*, Guimarães, Arqueoges - Arqueologia e Gestão de Património
- ERASUN, Ricardo, SOUSA, Ana (2023), *Rua do Senhor da Boa Morte, N.º 240, Porto. Nota Técnica*, Guimarães, Arqueoges - Arqueologia e Gestão de Património
- FÉLIX, Orquídea (2011), *Património na freguesia de Lordelo do Ouro*, Porto, CMP
- FERNANDES, Maria Isabel (2008), A Fábrica de Louça: análise espacial, processos de fabrico e conspecto social, in CORREIA, Margarida R. (Coord. de), *[Catálogo da Exposição:] Fábrica de Louça de Miragaia*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 17-47
- FERREIRA, Henrique, OLIVEIRA, Lurdes (2023), *Relatório Final - Intervenção arqueológica - Travessa da Igreja de Nevogilde 338*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- FERREIRA, Maria Teresa (2005), *Largo do Priorado. Estudo de Análise Antropológica. Relatório de Antropologia*, Coimbra, Styx - Estudos de Antropologia
- FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Joaquim (2018), Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952, in Lino Tavares Dias (ed.), *CEM – Cultura, Espaço & Memória – Revista do CITCEM* (Dossier temático – Paisagem, ed. Lino Tavares dias), 4, Porto, CITCEM, pp. 191-230
- FONSECA, Jorge (2021), *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica, Rua da Cerca N.º 117-119*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- FONSECA, Jorge; SAMPAIO, Maria da Luz (2012), *Relatório Final. Intervenção arqueológica: Companhia de Moagens Harmonia e Palácio do Freixo*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (1999), *Toponímia Portuguesa*, Matosinhos, Contemporânea Editora
- FONTES, Adriano (1908), *Contribuição para a Higiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em água potável. I – Estudo dos mananciaes de Paranhos e Salgueiros*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto
- FOUSEKI, Kalliopi; GUTTORMSEN, Torgrim Sneve; SWENSEN, Grete (Eds.) (2020), *Heritage and Sustainable Urban Transformations: Deep Cities*, New York/Oxon, Routledge
- GOMES, Nuno; LAMEGO, Hernâni (2023), *Relatório Final. Rua Professor Melo Adrião, 270. Porto*, Porto, Civitas Arqueologia
- GOMES, Nuno; LAMEGO, Hernâni; SILVA, João; SERRAS, Martinha (2019), *Largo do Priorado 94 -100. Nota Técnica*, Porto, Civitas Arqueologia

- GOMES, Sérgio (2006), *Rua do Montebelo 169-181 / Travessa Alegre 53-57. Sondagens Arqueológicas Prévias. Relatório Final*, Alcanena, Novarqueologia
- GOMES, Sérgio; QUELHAS, Ana (2002), *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Acompanhamento da Avenida Marginal do Parque da Cidade*, Lisboa, ERA Arqueologia
- GONÇALVES, Mário (2020), *Sondagem Arqueológica na Rua de Santa Anastácia, 36-44 e Trav. do Passeio Alegre, 67-69, Foz do Douro, Porto Relatório Final, SNT40.19*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- GONÇALVES, Mário; DELINDRO, Liliana (2020), *Acompanhamento Arqueológico na antiga Fábrica de Curtumes do Amial. Rua Nova do Amial, 831 e Rua Nova do Tronco, 290. Paranhos, Porto. Relatório de Progresso. Abril 2018 - Julho 2019*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- GONÇALVES, Mário; MACIEL, Sílvia (2022), *Sondagens e Acompanhamento Arqueológicos. Rua de Martim Moniz. Aldoar, Porto – MMZ86.20. Relatório Final*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- GONÇALVES, Mário; PINTO, Rita (2023), *Sondagens arqueológicas prévias na Rua Pêro de Alenquer, 155-159. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- JORGE, Susana Oliveira (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Monografias Arqueológicas; 2)
- LACERDA, Silvestre; ALVES, Jorge F.; OLIVEIRA, Joaquim (1998), A Fábrica de Cerâmica de Massarelos. Evolução empresarial e estruturas edificadas, in BALDAQUE, Mónica; VIANA, Teresa P.; CORREIA, Margarida R. (Coord. de), *[Catálogo da] Exposição: Fábrica de Louça de Massarelos 1763-1936*, Porto, Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 17-77
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno (2020), *Interceptor do Rio Tinto – O Povoado do Lagarteiro, Porto. Escavação arqueológica – fase 2. Relatório Final*, Porto, Civitas Arqueologia, 2 vol.
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno (2023a), *Sondagens Arqueológicas. Rua de Henrique de Sousa Reis, 52-78. Nota Técnica*, Porto, Civitas - Arqueologia
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno (2023b), *Sondagens Arqueológicas. Rua das Condominhas, 406. Nota Técnica*, Porto, Civitas - Arqueologia
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de (1876), Porto. In *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. VII, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, pp. 268-554
- LUZ, Sara (2021a), The Site of Areias Altas (Porto, Portugal): Current Knowledge of its Occupation in the first Half of the 2nd Millennium BC, in LOPES, Susana Soares; GOMES, Sérgio Alexandre (eds.), *Between the 3rd and 2nd Millennia BC: Exploring Cultural Diversity and Change in Late Prehistoric Communities*, pp. 66-81, Oxford, Archaeopress
- LUZ, Sara (2021b), *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica na Av. de Montevideu, 670-692 (MTV70.21), Fase de Diagnóstico (Sondagens Arqueológicas Decapagem Mecânica)*, Porto
- MANTAS, Vasco Gil (2000), A via romana Bracara Augusta-Cale: traçado, funções e influência no povoamento regional, *Revista de Guimarães*, n.º 110, pp. 53-87
- MARÇAL, Horácio (1955), *S. Veríssimo de Paranhos (freguesia da cidade do Porto): subsídios para a sua monografia*, Porto, CMP, Gabinete de História da Cidade (Documentos e Memórias para a História do Porto, XXV)
- MARÇAL, Horácio (1969), O velho bairro piscatório de Massarelos: um pouco da sua história. *O Tripeiro*. 6.ª Série, Ano 9, 5 (maio) e 6 (junho), Porto, pp. 133-136, 173-176
- MARÇAL, Horácio (1972), Estrada da circunvalação – antiga linha de fiscalização e cobrança do denominado imposto «real de água», *O Tripeiro*, VI série, ano XI, n.º 7, pp. 193-195
- MARQUES, Teresa P. (Coord. de) (2017), *Jardins do Palácio de Cristal*, Porto, CMP

- MARTINS, Pe A. Tavares (1969), *Antigas Quintas da Paróquia de Campanhã. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXII, pp. 678-696
- MATTOSO, José (2001), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores
- MEIRA, João Pedro (2016), *O lugar e a Quinta de Vila Meã, do território ao edificado. Ideias para uma intervenção*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira, (coord.) (1991), *Campanhã. Estudos Monográficos*, Porto, Junta de Freguesia de Campanhã-CMP
- MELO, Arnaldo R. A. S. (2009), *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 - c. 1415*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2 vol.
- MENDES, David Ribeiro (2005), *Relatório Final do Acompanhamento arqueológico do IC29-Via Rápida de Gondomar 1.º Sublanço*, Archeocélis Investigações Arqueológicas
- MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (2001), A Pré-História Antiga da Região do Porto. Síntese bibliográfica, *Al-madan*, II série, n.º 9, pp. 74-78, Almada, Centro de Arqueologia de Almada
- MOREIRA, Pe Domingos A. (1974), Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação Onomástica, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1.ª Série, Vol. 35, pp. 141-237
- MOREIRA, Pe Domingos A. (1987/88), Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação Onomástica (Fascículo P), *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.ª Série, Vol. 5/6, pp. 7-53
- NASCIMENTO, André; DELGADO, Carlos; SOUSA, Laura (2004), *Sondagens arqueológicas na Rua das Condominhas, n.º 701. Relatório preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- NASCIMENTO, André; SILVA, Nuno (2005), *Acompanhamento Arqueológico - Rua da Torrinha/Largo do Priorado, Porto. Relatório Final*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- OLIVEIRA, José Manuel Pereira (1973), *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Geográficos
- OLIVEIRA, José Miguel (2011), *Sondagens Arqueológicas na Rua do Molhe n.º 300 a 306 e Rua da Índia, n.º 208. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar. Agosto de 2011*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- OSÓRIO, Maria Isabel P. (1993), Um lugar na cidade -S. João da Foz, in OSÓRIO, Isabel (Coord.) *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na cidade*, pp. 25- 34, Porto, CMP
- PATRÍCIO, Ana Conceição Videira (1991), Parte I – Campanhã: Sondagem ao passado da freguesia, in MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira, (Coord.) *Campanhã. Estudos Monográficos*, Porto, Junta de Freguesia de Campanhã-CMP, p. 38
- PEIXOTO, Sara (2014), *Acompanhamento e escavação arqueológica na Fábrica Lanifícios Serralves*, Guimarães
- PEREIRA, Gabriel R. (2018), *Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos. Imóvel sito na Travessa Campo do Rou, N.º 21-23 (União Freguesias Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau & Vitória | Porto)*, Esmoriz, Nexo Património Cultural
- PEREIRA, Graça; BAPTISTA, Lúcia (2018), *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico e Avaliação. Antiga Faculdade de farmácia da Universidade do Porto - Rua Aníbal Cunha 216. Nota técnica*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- PEREIRA, Graça; SAMPAIO, Maria da Luz (2010), *Relatório [final]: Intervenção arqueológica na Central Termoelétrica do Freixo*, Matosinhos, Arqueologia e Património

- PIEIDADE, Marta; LOUREIRO, Carlos Alberto (2006), *Sondagens arqueológicas, Rua da Igreja de Cedofeita, n.º 11. Relatório preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- PINTO, Rita (2022), *Sondagens Arqueológicas na Rua de D. Francisco de Almeida, s/n. Lordelo de Ouro, Porto. Nota Técnica. Junho 2022*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- PINTO, Rita; SOARES, Sofia Pinho (2024), *Sondagens arqueológicas prévias na Travessa de Cortes, 58-64. Paranhos, Porto. Nota Técnica. Maio 2024*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- PRIETO, Roger; (2021), *Sondagens arqueológicas e estudo do edificado. Nota técnica. PSS83.21 - Travessa de Passos, 83-87, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Porto, Porto, Barqueno*
- PRIETO, Roger; (2023), *Sondagens arqueológicas e estudo do edificado. Nota técnica. PSS50.23 - Travessa de Passos, 50-62-64-68, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Porto, Porto, Barqueno*
- PRIETO, Roger; PAZ, Alexandra (2018), *Acompanhamento Arqueológico. Relatório Final. Rua da Flora, 19-23, Porto, Barqueno*
- QUATERNAIRE PORTUGAL (2019), *Masterplan Estratégico da Zona Oriental do Porto. Relatório Final*, Matosinhos, Quatenaire
- RAIMUNDO, Francisco (2018), *Edifício sito na Rua de Serralves, 394 (Lote 1). Nota Técnica, Porto, Omnikos Arqueologia*
- RAMOS, Rui (2008), *Acompanhamento arqueológico no Largo do Priorado n.º 90. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*, Porto, ERA Arqueologia
- RIBEIRO, Manuela; BARBOSA, Sandra (2004), *Largo do Priorado, 79 (Cedofeita, Porto). Relatório dos trabalhos de Acompanhamento Arqueológico*, Porto, GAU/CMP
- RODRIGUES, Zélia Maria (2019), Parecer Técnico Antropologia, in TEIXEIRA, Óscar; COSTA, Fátima, *Alteração/Ampliação de Capelas Mortuárias – Largo da Igreja de Paranhos n.º 73, Porto. Nota Técnica – sondagens de diagnósticos*, Arouca
- SÁ, Edite M.; SOARES, Sofia P. (2017), *Sondagens arqueológicas no Campo do Rou, 9 e Rua da Flora. Massarelos, Porto. Nota técnica*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SAMPAIO, Maria da Luz (1993), *A Companhia Aurifícia – uma empresa metalúrgica pioneira, Arqueologia Industrial, 2.ª série, 1 (1-2)*, Vila Nova de Famalicão, CM de Vila Nova de Famalicão; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, pp. 115-122
- SAMPAIO, Maria da Luz (2000), *O Presente da Velha Indústria Portuense: ameaças e novos usos, Al-Madan, 2.ª série, 9, Almada, Centro de Arqueologia de Almada*, pp. 111-116
- SAMPAIO, Maria da Luz (2012), *Cem anos de Indústria no Freixo (Campanhã)*, in MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana Dias (org.) *De pé sobre a terra. Estudos sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Lisboa/Porto, Instituto de História Contemporânea - FCSH e Universidade do Porto, pp. 745-771
- SAMPAIO, Maria da Luz (coord.) (2007), *Estudo Histórico – Espacial da Central Termoelétrica do Freixo – Porto, Relatório Preliminar*, vol. 1, Porto, Arqueologia e Património
- SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins (1994), *O Porto Oitocentista*, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 376-521
- SILVA, Antonio de Moraes (1789), *Carriçal*, in *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, 1.ª ed., vol. 1, p. 353, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2001), “Caminhos do Romântico” no Caminho dos Romanos. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 1, Porto, CMP, p. 4

- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2002a), Massarelos: Escavações na mais antiga fábrica de cerâmica portuense. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 2, Porto, CMP, p. 5
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2002b), Fábrica de Massarelos: Descobertos dois fornos e recolhido meio milhão de peças. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 3, Porto, CMP, pp. 4-5
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2005), Novas descobertas na Fábrica de Massarelos. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 9, Porto, CMP, p. 4
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2006), Fábrica de Massarelos: Acompanhamento de obra final «rendeu» mais três fornos. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 10, Porto: CMP, p. 2
- SILVA, António Manuel S. P. (2020), As sepulturas escavadas na rocha de Contumil (Porto), *Portvgalia. Nova série*, XLI, pp. 169-179, Porto, DCTP-FLUP
- SILVA, António Manuel S. P. (2021), *Cale e os Callaeci. Territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol.
- SILVA, António Manuel S. P.; RODRIGUES, Miguel; SOUSA, Laura; BARBOSA, Sandra; RIBEIRO, Manuela (2007), *Sondagens arqueológicas na área prevista para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro – Porto. Relatório preliminar*, Porto, Câmara Municipal/ Direção Regional de Cultura do Norte
- SILVA, Armando Coelho (1994), Origens do Porto, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 60-63
- SOARES, Sofia (2021), *Sondagens arqueológicas. Rua do Crasto, 458-462 Nevogilde, Porto Nota Técnica Outubro 2021*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia, PINTO, Rita (2023a), *Sondagens arqueológicas prévias na Travessa da Igreja de Nevogilde, 196. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia, PINTO, Rita (2023b), *Sondagens arqueológicas prévias na Travessa da Igreja de Nevogilde, 216. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia; GONÇALVES, Mário (2019), *Sondagens Arqueológicas na Rua do Alto da Vila, 24. Foz do Douro, Porto. Nota Técnica*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia; VILARINHO, Gil (2018), *Sondagens arqueológicas na Rua da Restauração, 105-107, 111-117, e Rua de Entre-Quintas, 7-11. Nota Técnica*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOEIRO, Teresa; ALVES, Jorge Fernandes; LACERDA, Silvestre; OLIVEIRA, Joaquim (1995), A Cerâmica Portuense: Evolução empresarial e estruturas edificadas, *Portvgalia*, Nova Série, XVI, Porto, pp. 203-287
- SOUSA, Eliana, (2005), *Relatório Preliminar. Sondagens Arqueológicas. Rua de Santa Anastácia, n.º 40. Foz do Douro*, Porto, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOUSA, Laura Cristina Peixoto de (2013), *A Fábrica de Louça de Santo António de Vale de Piedade, em Gaia: arquitetura, espaços e produção semi-industrial oitocentista*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vol.
- SOUSA, Laura Cristina Peixoto de (2016), A indústria cerâmica do Porto e de Vila Nova de Gaia: tradição e identidade, in *Rotas da Cerâmica do Norte de Portugal*, [Lisboa], IEFEP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., pp. 102-121 (Catálogos FIA)
- TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco (2011), *O abastecimento de água na cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII: aquedutos, fontes e chafarizes*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

- TEIXEIRA, Óscar; LEITE, Margarida (2022), *Reconstrução/Ampliação habitação unifamiliar – Travessa Igreja de Nevogilde n.º 232-234, Porto. Relatório Preliminar – Sondagens de Diagnóstico*, Arouca
- TEIXEIRA, Oscar; MILLAN, Rafael (2023), *Alteração e ampliação de Edifício – Rua de Cascais s/n – Rua da Figueira da Foz n.º 166, Porto. Relatório preliminar. Sondagens de diagnóstico*
- TEIXEIRA, Ricardo; FONSECA, Vítor (Coord. de) (2003), *Relatório / Informação Preliminar. Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Construção do Complexo Imobiliário na área da Refinaria / Fábrica de Cerâmica de Massarelos. Porto - 2002 / 2003*, Porto, Arqueologia e Património
- TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio de la (2002), Los Cistercienses en la Foz do Douro, in *Actas do I Congresso da Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória*, vol. II, pp. 145-154, Porto/Arouca, CEDDPB/Universidade Católica/CRP – FLUP-DCTP
- VIELA, Daniela P (2005), *A Torre de Pedro Sem*, trabalho de Seminário de Projecto apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1865), *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* 2.^a ed. revista e ampliada. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 2 vol.